

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Edital 30/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
30/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	GRACIENE DE OLIVEIRA SOUSA	16/06/2026 13:36 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	291/2026	25000.110357/2024-10

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO

90291/2026

CONTRATANTE (UASG): 250110

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de brigada de incêndio (bombeiro civil), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atender todas as unidades do Ministério da Saúde em Brasília/DF.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 25.733.281,20 (vinte e cinco milhões, setecentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta e um reais e vinte centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 02/07/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Modo de disputa:** Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:** NÃO

Torna-se público que o Ministério da Saúde, por meio do(a) COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de brigada de incêndio (bombeiro civil) de brigada, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 05 (cinco itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. sociedades cooperativas;

3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.12 Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.6.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.5. e 3.6.6. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.6.5. e 3.6.6. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

4.1. Não se aplica.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário mensal e anual do item;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 6.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no termo de Referência.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 10,00 (dez Reais).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.21.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2 empresas brasileiras;

7.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.



8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

#### 8.7.1. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025

8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual

8.13.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.13.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.13.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A1] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.22. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.22.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.22.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; e

8.22.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.22.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.23. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.24. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.27. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail: [cgfisc@saude.gov.br](mailto:cgfisc@saude.gov.br) e confirmado no telefone: (61) 3315-3993, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. A Administração disponibilizará acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis.

10.3. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.5.1. A existência de registro no CadIn constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico e-mail [dipli@saude.gov.br](mailto:dipli@saude.gov.br)

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [dipli@saude.gov.br](mailto:dipli@saude.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. . O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

....., ..... de ..... de 2026

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELLO NOVAES FERNANDES ESPINDULA**

Coordenador Geral de Licitações e Contratos Administrativos



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 13:36:20.*



SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Termo de Referência 65/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
65/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	FABIANA CAVALCANTE ALCANTARA DE AQUINO	08/05/2026 14:20 (v 0.14)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	291/2026	25000.110357/2024-10

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de brigada, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO - ÚNICO										
Item	Descrição	CATSER	Un. Medida	Qtd.	Qtd. Postos	Qtd. Profissionais	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual	Valor Total Quinquenal
1	Bombeiro Civil Mestre	25550	Unidade	60	1	1	R\$ 27.730,27	R\$ 27.730,27	R\$ 332.763,24	R\$ 1.663.816,20
2	Bombeiro Civil Lider Diurno -6 horas	25550	Unidade	60	1	1	R\$ 15.420,55	R\$ 15.420,55	R\$ 185.046,60	R\$ 925.233
3	Bombeiro Civil Lider Diurno - 12x36h	25550	Unidade	60	1	2	R\$ 15.054,14	R\$ 30.108,28	R\$ 361.299,36	R\$ 1.806.496,80
4	Bombeiro Civil Diurno - 12x36h	25550	Unidade	60	10	20	R\$ 11.994,75	R\$ 239.895,00	R\$ 2.878.740	R\$ 14.393.700
	Bombeiro Civil						R\$	R\$	R\$	R\$

5	Noturno - 12x36h	25550	Unidade	60	4	8	14.466,74	115.733,92	1.388.807,04	6.944.035,20
TOTAL DE PROFISSIONAIS				0	17	32	TOTAL	R\$ 428.888,02	R\$ 5.146.656,24	R\$ 25.733.281,20

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são imprescindíveis e essenciais para a execução das atividades do Ministério da Saúde em Brasília/DF, a fim de garantir aos servidores, colaboradores e assistidos um ambiente seguro e dotado de apoio técnico, indispensáveis ao bom ambiente de trabalho, evitando transtornos à administração e assegurando a continuidade no desenvolvimento de suas funções, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: **00394544000185-0-000037/2026;**
- II) Data de publicação no PNCP: **23/03/2026;**
- III) Id do item no PCA: **608;**
- IV) Classe/Grupo: **852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA;**
- V) Identificador da Futura Contratação: **250110-291/2026.**

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade, como porexemplo: adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada; realização de separação dos resíduos recicláveisdescartados.

4.1.2. Respeitar às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, tais como as normas sobre resíduos sólidos; e destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis.

4.1.3. Responsabilidade em obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados, de acordo com os procedimentos de logística reversa inclusive quanto a restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados.

4.1.4. Observar a adoção, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de 19/01/2010, das seguintes providências:

4.1.4.1. realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados;

4.1.4.2. os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido;

4.1.4.3. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

4.1.4.3.1. racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

4.1.4.3.2. realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e

4.1.4.3.3. treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdício e poluição.

4.1.5. Observar as disposições contidas na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto e, se comprometer a aplicar o disposto nos artigos de 31 a 33 do referido normativo, bem como inclusive quanto a restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados.

4.1.6. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008.

4.1.7. Observar as disposições contidas no Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, a IN/SLTI /MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

4.1.8. Observar às disposições contidas nos normativos federais, municipais e distritais que versem sobre o objeto da presente contratação e as orientações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU).

4.1.9. Observar, no que couber, o disposto no Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde (2024 -2026) - Versão 1.0, datado de 14/03/2024, disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/ acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/pls/ciclo-2024-2026/plano-de-logistica-sustentavel-do-ministerio-da-saude-ciclo-2024-2026>>, em atendimento ao disposto na Portaria SEGES/MGI Nº 5.376, adotando as seguintes providências:

4.1.9.1. reduzir o número de impressões realizadas, alertando e orientando para que sejam impressos apenas os documentos estritamente necessários à execução das atividades laborais, em conformidade com a meta estabelecida no Eixo 1. Racionalização e Consumo Consciente do PLS-MS 2024/2026.

4.1.9.2. diminuir o consumo de copos descartáveis, incentivando a utilização de copos reutilizáveis, canecas e/ou squeeze's pessoais, dentre outros, em conformidade com a meta estabelecida no Eixo 1. Racionalização e Consumo Consciente do PLS-MS 2024/2026.

4.1.9.3. fazer o uso responsável da rede elétrica do MS e racional de água nas edificações, com adoção de medidas tais como desligar as luzes quando não estiver usando ou quando se ausentar de um ambiente vazio sempre que possível, abrir as cortinas e utilizar a luz natural do sol para iluminar os ambientes; desligar os aparelhos eletrônicos quando não estiver usando; fechar as portas e janelas quando o ar condicionado estiver em funcionamento; fechar a

torneira do banheiro enquanto escova os dentes; dentre outros, em conformidade com meta estabelecida no Eixo 1. Racionalização e Consumo Consciente do PLS-MS 2024/2026.

4.1.10. Utilizar na execução dos serviços equipamentos de ponto eletrônico (bens de informática e/ou automação) que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

## **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor anual da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- 4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.10. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

**Vistoria**

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22.1. A vistoria deverá ser feita junto ao Ministério da Saúde (Endereço: Esplanda, Centro - CEP: 20031-142), com agendamento através do e-mail: cgser@saude.gov.br e confirmado no telefone: (61) 3315-2980.

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**Contratação de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, Mulheres Trans, Travestis, outras possibilidades do gênero feminino, e mulheres pretas e pardas.**

4.25. Em atendimento ao Decreto Federal nº 11.430, de 2023 e à formalização do Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre o Governo Federal, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos– MGI e do Ministério das Mulheres– MM, junto ao Governo do Distrito Federal – GDF deverá ser destinado 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica.

4.26. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a 30,36 %, conforme tabela a seguir:

População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade			
Variável - População residente (Pessoas)			
Unidade da Federação - Distrito Federal			
Ano - 2022			
Idade - Total			
Cor ou raça	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	2817381	1342786	1474595
Branca	1126334	517199	609135
Preta	301765	155182	146583
Amarela	12810	5949	6861
Parda	1370836	661854	708982
Indígena	5536	2552	2984
Fonte: IBGE - Censo Demográfico			

4.27. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

4.28. Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

4.29. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

4.30. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

4.31. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

4.32. A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

4.33. A Contratada também deverá observar o percentual mínimo de contratação de pessoas beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitados, conforme estipulado no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. As solicitações de serviço serão geridas pelo servidor formalmente designado pela Administração.

5.1.2.2. As solicitações do subitem acima, serão providenciadas e acompanhadas pelo chefe de brigada ou supervisor seguindo as orientações do servidor formalmente designado pela Administração ou da Fiscalização do Contrato.

5.1.2.3. A prestação dos serviços não haverá interrupção, sendo a execução do serviço de brigada de prevenção e combate de incêndio 24 horas ao dia.

### LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1. Ministério da Saúde - Edifício Sede e Anexo (Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Sede, Brasília - DF, 70058-900).

5.2.2. Ministério da Saúde - Bloco O (Esplanada dos Ministérios - Brasília, DF, 70050-000).

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

- **Bombeiro Civil Mestre (6 horas):** de 7h às 13h;
- **Bombeiro Civil Líder Diurno (6 horas):** de 7h às 13h;
- **Bombeiro Civil Líder Diurno (12x36h):**a: de 07h às 19h, no período diurno;
- **Bombeiro Civil Diurno (12x36h):** de 07h às 19h, no período diurno;
- **Bombeiro Civil Noturno (12x36h):** 19h as 07h, no período noturno.

5.3.2. Os serviços de brigada serão prestados em jornada de 12 (doze) horas de trabalho, seguidas de 36 (trinta e seis) horas de intervalo interjornada, totalizando 36 (trinta e seis) horas semanais, conforme o artigo 5º da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009.

5.3.2.1. Mesmo em casos excepcionais, deverá ser respeitado o período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre 2 (duas) jornadas de trabalho, nos termos do artigo 66 da Consolidação das Leis do Trabalho.

5.3.3. Quanto ao intervalo intrajornada, será concedida 1 (uma) hora de pausa, nos termos do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Prevenção e Combate a Incêndios

- Inspeção periódica de extintores, hidrantes, sprinklers, alarmes e saídas de emergência;
- Monitoramento das áreas de risco e implementação de medidas preventivas;
- Identificação de irregularidades e proposição de ajustes para adequação à legislação vigente;
- Realização de testes periódicos nos equipamentos de combate a incêndio;
- Acompanhamento técnico de obras e reformas que possam impactar a segurança contra incêndios.

5.4.2. Evacuação de Áreas e Abandono de Edifícios

- Elaboração e atualização do Plano de Emergência Contra Incêndio;
- Realização de simulações de evacuação e treinamentos práticos;
- Implementação de sinalização emergencial conforme exigências normativas;
- Apoio à organização de rotas de fuga e controle do fluxo de evacuação.

5.4.3. Atendimento de Primeiros Socorros

- Atendimento imediato a acidentados, vítimas de mal súbito, desmaios e outras emergências médicas;
- Aplicação de técnicas de suporte básico de vida, incluindo o uso de desfibrilador externo automático (DEA);
- Imobilização de vítimas, realização de procedimentos de ressuscitação cardiopulmonar (RCP) e administração de oxigenoterapia;
- Acionamento e apoio ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e ao Corpo de Bombeiros.

5.4.4. Proteção ao Patrimônio e ao Meio Ambiente

- Contenção de incêndios para minimizar danos às instalações;
- Medidas de proteção ambiental para evitar contaminações decorrentes de incidentes;
- Apoio na análise pós-incidente para identificar causas e evitar recorrências.

QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.5. Na tabela abaixo constam os locais de execução, população fixa e flutuante, quantidade de postos e a classificação do risco de incêndio das unidades do MS, conforme Tabela 2, disposta na Nota Técnica nº 02/2016 - CBM-DF (Registro Sei nº 0045014670) e o anexo "A" da Norma Técnica nº 07/2011 (Registro Sei nº 0042179029):

Quantidade proposta total							
Unidade	Pupulação Fixa	Grau de risco	Bombeiro Mestre (6horas)	Bombeiro Líder (6horas)	Bombeiro Líder (12x36)	Bombeiro Diurno (12x36)	Bombeiro Noturno (12x36)
Sede e Anexo	3.824	“A” Baixo	1	0	1	6	2
Bloco O	1.801	“A” Baixo	0	1	0	4	2
Total	5.779	-	1	1	1	10	4
Total de Postos	17						



5.6. Conforme item 4.6.3.1 da NORMA TÉCNICA N° 007/2011-CBMDF Brigada de Incêndio e a lei n° 4.204, DE 05 DE SETEMBRO DE 2008 §3º: “Deverá ser mantida na edificação, fora do horário comercial, pelo menos uma dupla de bombeiros particulares (brigadistas).”

5.7. Entendemos pelo disposto na legislação citada no parágrafo anterior que, além das quantidades de brigada necessárias por espaço, o trabalho exercido por esses profissionais deve ser executado sempre em dupla.

5.8. Os postos de “brigadista particular diurno” e “brigadista particular noturno” devem estar cobertos em período integral, de segunda a domingo, inclusive fora do horário comercial, durante os fins de semana e nos feriados, conforme legislação.

5.9. Para cumprir simultaneamente o dispositivo legal e a jornada de trabalho estabelecida no do art. 5 da lei 11.901/2009, as empresas participantes do pregão eletrônico deverão prever em sua planilha de custos as despesas da "cobertura das folgas" ou de "bombeiro plantonista noturno", se necessário, de forma a evitar a incidência de horas extras. Ficará a cargo da licitante prever em sua planilha de custos, as coberturas e eventuais horas excedentes, visando o cumprimento do art. 5 da lei 11.901/2009.

## REQUISITOS BÁSICOS DOS POSTOS

### 5.10. Supervisor de Brigada - CBO 5103-05:

5.10.1. Podem exercer a função de Supervisor de Brigada de Incêndio os profissionais com pós graduação na área de Segurança contra Incêndio e Pânico ou que possuam registro Geral no posto de Oficial, expedido pelos Corpos de Bombeiros de qualquer unidade da federação, desde que não estejam na ativa.

5.10.2. O Supervisor de Brigada de Incêndio deve ser credenciado junto ao CBMDF, nos termos da Norma Técnica n° 006 /2010 – CBMDF, ou outra que vier a substituí-la.

### 5.11. Chefe de Brigada (bombeiro civil líder) - CBO 5171-10:

5.11.1. Profissional com formação técnica com especialização em prevenção de incêndio e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, em curso com carga horária superior a 1.000 horas/aula no conjunto dessas disciplinas, comprovada por meio de certificação expedida por instituição de ensino credenciada junto ao Ministério da Educação e Cultura - MEC.

5.11.2. Possuir certificado de conclusão de ensino médio. Possuir o credenciamento de Brigadista Particular, previsto na Norma Técnica 006/2010-CBMDF ou outra que vier a substituí-la, exceto os profissionais que possuem registro Geral expedido pelos Corpos de Bombeiros de qualquer estado da Federação desde que não estejam na ativa.

### 5.12. Brigadista Particular (Bombeiro civil) - CBO 5171-10:

5.12.1. Profissional com formação e especialização em prevenção e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, em curso com carga horária superior a 150 horas/aula, no conjunto destas disciplinas, conforme Portaria 007/2011-CBMDF, ou que possuam registro geral expedido pelos Corpos de Bombeiros de qualquer unidade da Federação desde que não estejam na ativa.

5.12.2. Possuir certificado de conclusão de ensino fundamental.

### 5.13. Para todos os cargos:

5.13.1. Idade mínima de 18 (dezoito) anos, com qualificação mínima, a ser comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

5.13.2. Certidão de quitação com as obrigações do Serviço Militar;

5.13.3. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;

5.13.4. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual;

5.13.5. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de funcionários no quadro da empresa.

### 5.14. Classificação Brasileira de Ocupação:

5.14.1. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

Categoria Profissional	Classificação Brasileira de Ocupação
Bombeiro Civil (Brigadista Particular)	CBO - 5171-0
Bombeiro Civil Líder (Chefe de Brigada Diurno)	CBO - 5171-10
Bombeiro Civil Mestre (Supervisor de Brigada Diurno)	CBO - 5103-05

ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS

5.15. Atribuições da Brigada de Incêndio

5.15.1. A atividade de brigada é aquela atividade exercida dentro dos limites do Ministério da Saúde e suas unidades, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio público desta Pasta.

5.15.2. Os Bombeiros Civis (Brigadistas) previnem situações de risco e executam salvamentos terrestres, aquáticos e em altura, protegendo pessoas e patrimônios de incêndios, explosões, vazamentos, afogamentos ou qualquer outra situação de emergência, com o objetivo de salvar e resgatar vidas; prestam primeiros socorros, verificando o estado da vítima para realizar o procedimento adequado; realizam cursos e campanhas educativas, formando e treinando equipes, brigadas e corpo voluntário de emergência.

5.16. Atribuições do Bombeiro Civil Mestre (Supervisor de Brigada)

5.16.1. Responsável pela organização, estrutura, coordenação, treinamento, elaboração dos relatórios, PPCI e supervisão das atividades da Brigada de Incêndio.

5.16.2. O Supervisor da Brigada de Incêndio é o responsável técnico pelas atividades da Brigada.

5.16.3. O Supervisor da Brigada de Incêndio deve elaborar o PPCI avaliando os riscos de incêndio específicos das edificações à exceção dos eventos classificados como atividade eventual que possuem legislação específica.

5.16.4. Ao Supervisor da Brigada de Incêndio cabe planejar e gerenciar as atribuições da Brigada, definidas no item 4.6 da Norma Técnica N° 007/2011-CBMDF.

5.17. Atribuições de Bombeiro Civil Líder (Chefe de Brigada)

5.17.1. O Chefe da Brigada de Incêndio é o responsável por fazer a Brigada executar as suas atribuições definidas na NT 007/2011 CBMDF e no PPCI. Deve coordenar e atuar nas ações de emergência na edificação onde a Brigada de Incêndio atue, além de auxiliar o supervisor nas ações de prevenção contra incêndio e pânico, e demais atribuições. Ao Chefe da Brigada cabe:

- Executar o PPCI;
- Ser pontual a apresentar-se devidamente uniformizado;
- Comunicar imediatamente ao Contratante, Fiscal do Contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional para que sejam adotadas as providências necessárias;
- Manter afixado no posto, em local visível o número do telefone do Corpo de Bombeiro, dos responsáveis pela Administração e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades fim;
- Comunicar ao fiscal todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio do MS;
- Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho se agrupem com outros profissionais a fim de evitar conversa sobre assuntos que não digam respeito ao serviço;
- Verificação diária da apresentação pessoal dos profissionais alocados nos postos de serviço, em especial, quanto à higiene e o uso e apresentação do uniforme;
- Zelar para que o serviço transcorra sempre dentro da normalidade; Ouvir, receber e dar solução às reivindicações apresentadas pelos profissionais da Contratada e pelo gestor do contrato, procurando, sempre, dar-lhes o devido retorno;

- Acompanhamento, fiscalização e orientação dos brigadistas quanto ao uso correto do uniforme e dos equipamentos obrigatórios, promovendo, junto à contratada, a substituição do vestiário e equipamentos desgastados ou danificados, com reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias;
- Encaminhar, sempre que solicitado pela Fiscalização do CONTRATANTE, as informações referentes à prestação de serviços, tais como: relatórios, cópias de livros, formulários, controles, ocorrências, cronograma e material referentes aos cursos realizados, controle dos postos, dados atualizados dos brigadistas, coberturas, bem como as anotações individuais e outras informações necessárias ao cumprimento contratual;
- Proceder às necessárias advertências, bem como à devolução à CONTRATADA do profissional que não atender às recomendações, cometer atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitar os superiores, não acatar as ordens recebidas, ou não cumprir suas obrigações;
- Acompanhar, fiscalizar e orientar o correto uso dos uniformes e equipamentos, providenciando a substituição de peças desgastadas ou que já não apresentem condições favoráveis ao uso, assim como a reposição, de acordo com os prazos estabelecidos;
- Assegurar o perfeito funcionamento do sistema de registro eletrônico de frequência dos profissionais;
- Fazer a conferência e o encaminhamento mensal do controle de frequência eletrônica;
- Atualização de toda a documentação sob sua responsabilidade;
- Assegurar para que não haja atritos com servidores, visitantes e autoridades desde Órgão, buscando sempre esclarecimentos e orientação do gestor do contrato;
- Verificação diária dos preventivos fixos e moveis, providenciando a substituição e/ou encaminhando dos preventivos móveis (extintores) para as manutenções de níveis 1, 2 e 3 conforme a necessidade;
- Solucionar, imediatamente, os problemas de faltas, atrasos, dispensas médicas e outros;
- Estar atento ao horário de saída e chegada dos profissionais;
- Providenciar a entrega completa dos uniformes dos brigadistas.
- Assegurar o fiel cumprimento de execução dos serviços.

#### **5.18. Atribuições da Brigada Particular (Bombeiro Civil)**

5.18.1 A prestação dos serviços de brigada de incêndio pelos profissionais da Brigada Particular durante suas rotinas de trabalho tem por atribuição executar ações de prevenção e emergência nas edificações:

##### **5.18.2. São ações de prevenção;**

- Programar e propor alterações, quando necessário, ao PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico;
- Fazer rondas periódicas nos ambientes do local de atuação;
- Identificar os riscos de incêndio e pânico existentes no local da atuação;
- Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente;
- Definir os procedimentos para a população em caso de sinistros e exercícios simulados;
- Treinar periodicamente a população para o abandono da edificação, quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de emergência, por meio de exercícios simulados, palestras, estágios, cursos etc.;
- Inspeccionar periodicamente os sistemas de proteção contra incêndio e pânico, em especial as saídas de emergência, bem como solicitar da área responsável manutenção dos sistemas preventivos que estiverem inoperantes;
- Conhecer o funcionamento e saber operar os sistemas de proteção contra incêndio e pânico existentes no local da atuação;
- Verificar se os funcionários das empresas particulares que atuam nas dependências da edificação estão portando os EPI's requeridos na atividade e comunicar ao setor competente, caso não estejam usando;
- Verificação dos ambientes de copas e cozinhas, (funcionamento de tomadas, botijões de gás, respectivas mangueiras e registros, fornos de micro-ondas, máquinas de fazer café e demais equipamentos elétricos);
- Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da segurança.
- Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- Preencher relatório da vistoria diária e encaminhá-lo ao Chefe do Serviço de Brigada;
- Testar periodicamente os equipamentos e sistemas de detecção a incêndio;
- Manter sempre atualizadas as rotinas de emergência para caso de sinistro;
- Fornecer as informações necessárias à manutenção dos sistemas preventivos de acordo com as normas pertinentes;
- Evitar confronto de qualquer natureza, entre os profissionais alocados nos postos de trabalho e visitantes, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações com a fiscalização do Contratante;
- Registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia e informar-se das ocorrências do plantão anterior;

- Operar, sempre que o necessário e de forma adequada, os equipamentos de radiocomunicação ou sistemas disponíveis para a execução do serviço;
- Receber e passar o serviço, citando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- Levar ao conhecimento do chefe de brigada, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- Conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda;
- Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao Serviço de Vigilância, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito.
- Elaborar relatório mensal das atividades prestadas, apontando as irregularidades encontradas nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico, riscos identificados, emergências atendidas, exercícios simulados, treinamentos e etc..

### **5.18.3. Ações de emergência:**

- Identificação da situação de emergência;
- Auxiliar a população no abandono da edificação, adotando as técnicas de abandono de área;
- Acionar imediatamente o CBMDF, independentemente de análise de situação;
- Verificar a transmissão do alarme aos ocupantes;
- Combater os incêndios em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de extintores ou mangueiras de incêndio da própria edificação e onde não haja a necessidade de uso de equipamentos de proteção individuais específicos (equipamentos autônomos de proteção respiratória, capas de aproximação etc.);
- Atuar no controle de pânico;
- Prestar os primeiros socorros a feridos;
- Realizar a retirada de materiais para reduzir as perdas patrimoniais devido a sinistro;
- Estar sempre em condições de auxiliar o CBMDF, por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais sobre o evento bem como, promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança e ao PPCI.

5.18.4. A equipe de brigada deverá prestar os primeiros socorros a feridos nas unidades do MS nas situações de emergência e sempre que necessário ou demandado pela Administração.

### **5.18.5. Além das atividades descritas acima, devem ainda ser observadas as ações:**

- Realizar vistorias periódicas em todos os dispositivos perceptivos de combate a incêndio, como alarmes, portas corta fogo, extintores etc.;
- Realizar os primeiros-socorros e resgate de vítimas, e acompanhamento até a chegada do CBMDF;
- Prestar suporte ao CBMDF nas situações e atividades realizadas nas dependências do edifício;
- Conhecer todas as vias de escape da edificação pelas quais as pessoas possam sair rapidamente em situações de emergência;
- Conhecer a localização de todos os equipamentos de proteção contra incêndio (sistemas de alarme, extintores, hidrantes, detectores de fumaça etc.);
- Agir rápida e energeticamente em situações de emergência;
- Realização de treinamento prático de noções contra incêndio para todos os ocupantes dos prédios, inclusive quanto à operação de extintores;
- Inspeção de todos os setores ao término do expediente, verificando se todos os equipamentos foram desligados, luzes apagadas e lixeiras esvaziadas;
- Elaborar Plano de Combate e Abandono;
- Elaborar relatório das irregularidades encontradas nos sistemas preventivos com apresentação de sugestões para melhoria das condições de segurança;
- Acompanhar quando da execução dos testes nos sistemas instalados (rede de hidrantes, extintores, sprinklers, força e iluminação de emergência). Após a execução desses testes, deverá ser elaborado Laudo Técnico dos resultados, informando sobre as condições de uso dos sistemas testados.
- Atender ao plano de emergência da empresa, elaborada por profissional habilitado ou empresa especializada;
- Proceder as demais providências preventivas e corretivas determinadas pela Administração predial, por Órgãos de Segurança e da Medicina do trabalho, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;

5.18.6. Deverão ser observadas como periodicidades mínimas de cada procedimento a ser adotado pela Brigada de Incêndio o estabelecido abaixo, sem prejuízo de outros procedimentos comuns da área, de modo a garantir a efetiva prevenção de riscos.

### **5.18.7. Exercícios Simulados**

5.18.8. Os exercícios simulados devem ser realizados no mínimo anualmente, na edificação com a participação de toda população;

5.18.9. O exercício simulado objetiva treinar a brigada de incêndio de suas atribuições como também adestrar a população para esta situação;

5.18.10. O exercício simulado permite avaliar a brigada e a condição de segurança contra incêndio e pânico da edificação devendo ser elaborado relatório, pelo supervisor da brigada de incêndio, contendo no mínimo:

- Dia e horário do evento;
- Tempo gasto no abandono;
- Tempo gasto no retorno;
- Tempo gasto no atendimento de primeiros socorros;
- Desempenho da brigada de incêndio;
- Grau de conhecimento do PPCI (Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico);
- Eficiência na utilização dos sistemas de proteção;
- Condição física para o desempenho das atribuições;
- Controle emocional;
- Liderança e condução da população ao local seguro (ponto de reunião);
- Cooperação com o Corpo de Bombeiros, Polícia, Defesa Civil, etc.;
- Comportamento da população;
- Tempo de chegada do Corpo de Bombeiros;
- Falhas dos Sistemas de proteção e outros equipamentos;
- Dificuldades para abandono da edificação;
- Falhas operacionais da Brigada de Incêndio;
- Outros identificados pela Brigada de Incêndio;
- Execução de Plano de Auxílio Mútuo- PAM (Auxílio Externo).

#### **5.18.11. Plano de Prevenção contra Incêndio e Pânico (PPCI)**

5.18.12. Toda edificação ou complexo de edificações que tenha obrigatoriedade de instalar brigada de incêndio deverá possuir PPCI atualizado, conforme modelo da Norma Técnica n° 007/2011-CBMDF, anexo H.

5.18.13. O responsável pela elaboração, implementação, gerenciamento e coordenação do PPCI para a edificação é o supervisor da Brigada de Incêndio, o qual deve enviar cópia ao Diretor do Departamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico no prazo de 30 (trinta) dias úteis a partir do início das atividades da Brigada de Incêndio na edificação ou complexo de edificações, sujeito a sanções previstas na Lei n° 2747 de 20 de junho de 2001, em caso de descumprimento; (item 4.8.2 da Norma Técnica n° 007 /2011-CBMDF).

5.18.14. A contratada deverá executar o PPCI em exercício simulado parcial e um total a cada 12 meses com a obrigação de mantê-lo atualizado junto ao corpo de bombeiros.

5.18.15. A Diretoria de Serviços Técnicos deve avaliar o PPCI verificando a pertinência e relevância das informações apresentadas com base na legislação vigente, propondo alterações, se for o caso.

5.18.16. A Contratada após submeter o PPCI à avaliação da DST deve encaminhar cópia ao gestor do contrato e ao quartel do Corpo de Bombeiros da área para conhecimento e atuação conjunta em simulados.

#### **5.18.17. O PPCI deve conter no mínimo:**

- Dados da edificação (endereço, destinação, área total construída, altura, população fixa e flutuante e quartel de bombeiros mais próximo);
- Dados da prestadora do serviço de Brigada de Incêndio, se for o caso (razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço, telefone, nº CRD);
- Composição da brigada de incêndio (nome e CPF do supervisor e do chefe da brigada, quantidade total e por turno de brigadistas e voluntários, turnos de serviços);
- Recursos disponíveis (sistemas de proteção contra incêndio e pânico da edificação, meios de comunicação, equipamentos de proteção e outros materiais);
- Sistemas contra incêndio e pânico, descrevendo o sistema, instalações, operação, quantidade de equipamentos, manutenção em cada pavimento ( ver Art. 9º do Regulamento de Segurança Contra Incêndio – Dec. 21361/2000;

- Procedimentos em situação de emergência para cada situação de risco identificado (incêndio, pânico, emergência médicas, ações terroristas, etc.) definido claramente os procedimentos e as responsabilidades de cada membro da brigada de incêndio sobre ações de emergências a serem adotadas em cada caso;
- Ações de prevenção (rotina de trabalho, atribuições dos membros da brigada, itens a serem inspecionados nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico, palestras, cursos e programas de treinamento da população e dos membros da brigada e execução de exercícios simulados);
- Plantas e croquis indicando as fontes de risco com círculos vermelhos e as rotas com setas verdes de cada pavimento, localizar a sala da brigada, os pontos de formação e os principais sistemas de proteção (extintores, hidrantes, registro de recalque, RTI, central de alarme, acionadores manuais, VGA dos chuveiros automáticos, Central de GLP etc.), apresentando planta de situação contendo a edificação, o Quartel de Corpo de Bombeiros mais próximo e indicando as vias de acesso e os hidrantes urbanos mais próximos;
- Proposta de fluxograma dos procedimentos de emergência da brigada de incêndio.

5.19. Relatório das Atividades Prestadas

5.19.1. A Brigada de Incêndio deve elaborar relatórios semanal, mensal, semestral e anual das atividades executadas, disponibilizando-os em seus locais de atuação, para fiscalização do CBMDF e do gestor do contrato e enviados para os fiscais do contrato.

5.19.2. O responsável pela elaboração dos relatórios das atividades prestadas é a Contratada.

5.19.3. O relatório das atividades prestadas mensalmente pela brigada de incêndio nas edificações deve conter:

- Avaliação dos sistemas de proteção contra incêndio e pânico;
- As irregularidades encontradas e as manutenções requeridas e realizadas nos sistemas;
- Os riscos identificados;
- As emergências atendidas;
- Os exercícios simulados;
- Os treinamentos;
- As palestras e outras atividades que julgar pertinentes.
- A execução dos serviços será iniciada na data prevista no Termo de Contrato na forma descrita acima.

UNIFORMES

5.20. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

5.21. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

UNIFORME - BOMBEIRO CIVIL (Feminino / Masculino)				
Item	Descrição	Especificações	Qtd Semestral	Qtd Anual
1	Gandola	Tecido “Rip-Stop” padrão estipulado pelo CBMDF, faixas reflexivas, e no bolso do lado esquerdo a logo da empresa, acimado bolso direito o nome e o tipo sanguíneo.	1	2
2	Calça	Tecido “Rip-Stop” padrão estipulado pelo CBMDF.	1	2
3	Cinto	Confeccionado em poliéster, com fivela e ponteira prata.	0	1
4	Camiseta	Camiseta na cor aprovada pelo CBMDF para a Contratada, em tecido de malha fria, estampado nas costas em vermelho o nome Bombeiro Civil em meia lua, na frente no peito do lado esquerdo a logomarca da empresa e no lado direito o nome e o tipo sanguíneo do profissional.	1	2
		Cabedal em couro nobuk hidrofugado, espessura de 2mm, dublado com tecido de poliéster impermeável e colarinho decouro pelica; forração interna de acrílico automativo, com isolamento térmico em EVA; reforço interno de material		

5	<b>Coturno</b>	termoplástico leve e resistente, no bico e calcanhar; solado de borracha maciço, vulcanizado ao cabedal, resistente à corrente elétrica; Vedações resistentes à água ou 100% impermeável. kallucci, Guartelar, Atalaia ou similar.	0	1
6	<b>Meia</b>	Confeccionada em algodão e lycra.	2	4
7	<b>Bombachas</b>	Elástico.	1	2
8	<b>Jaqueta</b>	Blusão ¾ com fechamento frontal em zíper e velcro, em material antichama. Mangas tipo raglã com fole interno, bolso inferior e cabedal para o polegar.	1	2

5.22. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.23. Deverão ser entregues 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.24. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.25. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.26. Os uniformes serão fornecidos aos funcionários anualmente e mediante recibo em 02 (duas) vias, sendo uma para o empregador e outra para o empregado, conforme tabela abaixo, sem ônus ao trabalhador conforme art. 6º, parágrafo I, Lei 11.901/09.

5.27. Os uniformes deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano e de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

5.28. Todos os itens do uniforme devem ser de primeiro uso e ter corte adequado ao usuário, especialmente quanto ao tamanho e ao modelo (feminino ou masculino);

5.29. Ficam os empregadores obrigados a se adaptarem a um modelo único de uniforme com os dizeres nas costas bordado com o nome "BOMBEIRO CIVIL" na horizontal conforme a Lei nº 11.901/09, faixas refletivas, e no bolso do lado esquerdo a logo da empresa, acima do bolso direito o nome e a tipagem sanguínea, no braço direito o velcro onde será fixado o nome órgão onde o funcionário estiver lotado. Acamiseta terá estampado nas costas o nome "Bombeiro Civil" em meia-lua, na frente no peito do lado esquerdo a logomarca da empresa e no lado direito o nome e a tipagem sanguínea, no braço direito a estampa do órgão.

5.30. Os uniformes deverão ser fornecidos a todos os funcionários em até 30 (trinta) dias úteis corridos da data do início da prestação dos serviços e deverão ser entregues mediante recibo (relação nominal), cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da entrega.

5.31. As despesas com o fornecimento dos uniformes serão exclusivamente da CONTRATADA, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de serviço.

5.32. O profissional será responsável pelo zelo do uniforme, quanto a sua lavagem e conservação.

5.33. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, observando os padrões, eficiência e higiene recomendáveis nos termos do item 4.10 da Norma Técnica nº 007/2011 do CBMDF, com a devida aprovação exigida no item 4.10.8 da norma.

5.34. O uniforme do Brigadista Particular deverá conter:

- Razão social ou nome de fantasia da empresa;
- Plaqueta de identificação (crachá) do Brigadista Particular (Bombeiro Civil), autenticada pela empresa, com validade de 06 (seis) meses, constando o nome e fotografia colorida em tamanho 3X4;

- Descrição “Brigadista (Bombeiro Civil) ” na parte posterior do uniforme;
- Identificação do local onde presta serviço a fim de facilitar a ação do agente fiscalizador do Corpo de Bombeiros, bem como evitar qualquer equívoco por parte da sociedade e autoridade do DF., por possível semelhança com os uniformes do Corpo de Bombeiro Militar;

5.35. O uniforme do Brigadista Particular (Bombeiro Civil) deve ser aprovado e registrado na Diretoria de Serviços Técnicos (CBMDF) antes de sua utilização.

5.36. Não será permitida a fixação de quaisquer brevês, insígnias, medalhas ou congêneres no uniforme do Brigadista Particular (Bombeiro Civil);

5.37. Os brigadistas particulares (Bombeiro Civil) desenvolverão suas atividades uniformizados, a fim de serem facilmente identificados.

5.38. O uniforme do brigadista particular (Bombeiro Civil) deverá ser diferente em padrões de cores, formato, acabamento, bolsos, pregas, reforço, costuras e acessórios dos uniformes usados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e por outras forças militares ou policiais, no âmbito federal, estadual ou municipal.

5.39. Os uniformes dos brigadistas particulares (Bombeiro Civil) utilizados nas Brigadas de Incêndio próprias ou pelas prestadoras de serviço de Brigada de Incêndio devem ser distintos entre si.

5.40. Não haverá a obrigatoriedade de uniforme para o supervisor.

**MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

5.41. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**5.42. EQUIPAMENTOS RELÓGIO DE PONTO**

5.42.1. A Contratada deverá fornecer e instalar na sede do Contratante 1 (um) relógio de controle de ponto biométrico, conforme especificações constantes na Portaria no 1.510/2009 – MTE, sem ônus adicional para o contratante, em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato – na Unidade do Ministério da Saúde que a fiscalização do contrato indicar;

5.42.2. A instalação do relógio de ponto deve ser agendada, previamente, com a fiscalização do contrato;

5.42.3. Nas unidades onde o número de colaboradores é inferior a 10 (dez) pessoas, não se faz necessária a implantação de ponto eletrônico.

5.42.4. O sistema deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados dos postos de trabalho, permitindo à Fiscalização do Contratante o acesso aos respectivos dados;

5.42.5. Os empregados da Contratada deverão registrar no sistema eletrônico indicado no item anterior os horários de início e término de sua jornada de trabalho, bem assim os intervalos para repouso e alimentação. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o quantitativo mensal de horas de funcionamento de cada posto de trabalho;

5.42.6. A instalação do sistema eletrônico de controle de frequência não exime a Contratada da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos empregados alocados na prestação dos serviços;

5.42.7. O resultado da aferição do controle de frequência adotado pela empresa também será utilizado pelo Ministério da Saúde, para cruzamento de informações com os instrumentos de controle adotados pela Fiscalização/Gestão do contrato, quanto à atestação dos serviços executados mensalmente;

EQUIPAMENTOS RELÓGIO DE PONTO		
Item	Quantidade	Especificação
Relógio de Ponto	1	Relógio de ponto material abs injetado, mostrador digital, tipo biométrico e leitor de código de barras, tipo impressão impressora Térmica, características adicionais no-break interno, alimentação 110/200 v, atender a portaria 1,510 do tem e 595 /2013 do Inmetro.



5.42.8. Deverá ser instalado e estar operando na Unidade Sede/Anexo, do início ao fim da execução do contrato. O aparelho de ponto deverá estar em conformidade com a legislação.

5.43. **RELAÇÃO EQUIPAMENTOS E EPÍ's**

RELAÇÃO EQUIPAMENTOS E EPÍ's					
Item	Especificação	Critério de Distribuição	Unidade de Medida	Prédio/ Postos/ Mão Obra*	Qtd. Total (Fornecimento Único)
1	Capa de chuva plástica, impermeável, em PVC forrado ou forro em trevira, na cor laranja, com capuz e manga comum, botões de pressão em metal ou plástico, com costuras reforçadas nas áreas de maior tensão e comprimento abaixo dos joelhos. Deverá possuir faixa refletiva na altura das costas, tórax e punhos (com dimensão de 2 a 4cm), tamanho extra grande.	1	Unidade	Mão de Obra	32
2	Capacetes tipo F2 resgate bombeiro capacete de segurança	1	Unidade	Posto	17
3	Cinturão segurança paraquedista	2	Unidade	Prédio	6
4	Corda Nr18 Tipo Bombeiro 12mm Em Poliamida Bobina (metro)	30	Metro	Prédio	90
5	Lanterna de cabeça 300 W 840 lumens LED recarregável	2	Unidade	Prédio	6
6	Luvas confeccionada em vaqueta de alta qualidade e resistência à abrasão, com costura reforçada cobrindo toda a palma da mão, da parte interna do polegar até a falange proximal do dedo indicador em tecido antichama, devendo possuir regulagem em velcro no punho, não podendo este ser maior que 10 nem menor que 6 centímetros.	1	Par	Mão de Obra	32
7	Luvas de alta tensão confeccionadas em material isolante elétrico para trabalho em locais energizados, punho longo, com resistência mínima de 20.000 volts, para tensão de teste de 20KN e corrente de fuga máxima de 8000 amperes, tensão mínima de perfuração 30KV. Tamanho grande.	2	Par	Prédio	6
8	Machado Arrombador para Bombeiro	2	Unidade	Prédio	6
9	Máscara face shield	1	Unidade	Mão de Obra	32
10	Megafone SK-66S com Sirene e Manopla Fabricante CSR	2	Unidade	Prédio	6
11	Pé de cabra 80cm liso fs	1	Unidade	Prédio	3
12	Radio DTR 620 (entre postos e supervisor) + 1 para o fiscal do contrato. Desbloqueado com 100 a 999 Mhz, com no mínimo 5 watts de potencia, com alcance mínimo de 4 (quatro) km em áreas edificadas, com carregador individual e fones de ouvido.	1	Unidade	Posto	17
13	Tesoura de corte vergalhão 30 tipo alicate	1	Unidade	Prédio	3

5.43.1. Para o cálculo da depreciação de equipamentos, deverá, obrigatoriamente ser adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%. Assim, Depreciação Mensal = [Valor total dos equipamentos x (1,00-0,20)] / (12 x 5).

5.43.2. Os equipamentos e/ou materiais permanentes serão de propriedade da empresa e deverão ser disponibilizados para a prestação dos serviços, sendo os custos expressados na planilha e custos e formação de preços por meio do valor de depreciação. O custo desses equipamentos e materiais a ser incorporado na planilha, deve considerar que esses insumos são de propriedade da empresa contratada e que, após o encerramento do contrato serão retirados. Desse modo, para o cálculo desse custo deve ser considerado o período de vida útil dosequipamentos/materiais e o valor/percentual residual. Portanto, a Administração não paga o preço integral de eventual equipamento à empresa contratada, mas somente o custo da depreciação desse bem durante a vigência do contrato. Para o cálculo da depreciação de equipamentos, deverá, obrigatoriamente ser adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%. Assim: Depreciação Mensal = [Valor total dos equipamentos x (1,00-0,20)] / (12 x 5).

5.43.3. A contratada deverá disponibilizar de 01 (um) rádio transmissor para a DIFMEX, área de fiscalização do contrato, que será usado exclusivamente para comunicação em casos de emergências.

5.44. **RELAÇÃO EQUIPAMENTOS PRIMEIROS SOCORROS**

RELAÇÃO INSUMOS PRIMEIROS SOCORROS
------------------------------------

Grupo (cfe. periodicidade de fornecimento)	Sequência Geral	Sequência Grupo	Especificação	Critério de Distribuição	Identificadores de Quantidade			Qtd. Total
					Unidade de Medida	Prédio/ Postos/ Mão Obra*		
MENSAL	1	1	Álcool Gel a 70% 500 ml	4	Frasco 500ml	Prédio	3	12
	2	2	Álcool etílico a 70% P/V, para superfícies fixas, antissepsia da pele em procedimentos de médio e baixo risco, com validade de 24 meses, apresentação em frasco de 1000 ml.	4	Frasco 1000ml	Prédio	3	12
	3	3	Ataduras de Crepe (20cmx 1,80cm)	4	Rolo	Prédio	3	12
	4	4	Bandagens triangulares (142 cm x 100 cm x 100 cm)	2	Unidade	Prédio	3	6
	5	5	Compressas de gaze 08(oito) dobras (7,50cm x 7,50cm)	4	Pacote 10 unidades	Prédio	3	12
	6	6	Compressas de gaze esterilizadas (10cm x 15cm)	4	Unidade	Prédio	3	12
	7	7	Esparadrapo impermeável, confeccionado em tecido apropriado, cor branca, medindo 100cm x 4,5m, com flexibilidade suficiente para adaptar-se às dobras da pele sem que ocorra excessiva pressão ou fácil desprendimento, remoção sem deixar resíduos ou manchas na superfície, enrolado em carretel plástico.	1	Rolo 4,5 m	Prédio	3	3

	8	8	Fita adesiva (hospitalar) 19mmx 50m	1	Rolo de 50m	Prédio	3	3
	9	9	Fita zebrada plástica utilizada para isolamento em áreas de acidente nas cores amarela e preta, 07 cm x 200m.	2	rolo 200m	Prédio	3	6
	10	10	Luvas de procedimento, socorrista	1	Caixa 100 unidades	Prédio	3	3
	11	11	Mascara semi-facial, tipo procedimento, descartável, socorrista	1	Caixa 100 unidades	Prédio	3	3
	12	12	Soro fisiológico de 500ml	2	Frasco 500ml	Prédio	3	6
ANUAL	13	1	Plástico protetor de queimaduras e eviscerações (01m x 01m)	10	Unidade	Prédio	3	30
	14	2	MOLLE Utilitário Bolsa Médica Kit de primeiros socorros	1	Unidade	mão de obra	32	32
	15	3	Óculos de segurança, socorrista uso individual	1	Unidade	mão de obra	32	32
	16	4	Talas moldáveis grandes (86 cm x 10 cm x 02 cm)	3	Unidade	Prédio	3	9
	17	5	Talas moldáveis médias (63 cm x 09 cm x 02 cm)	3	Unidade	Prédio	3	9
	18	6	Talas moldáveis pequenas (30 cm x 08 cm x 02 cm)	3	Unidade	Prédio	3	9
	19	7	Termômetro de Testa digital	2	Unidade	Prédio	3	6
	20	1	Aparelho de pressão digital automático G-TECH	1	Unidade	Prédio	3	3
			Bolsa de procedimentos (Socorrista) para transporte					

ÚNICO	21	2	dos materiais, confeccionada em nylon resistente, estofada, nas cores padrão azul ou laranja.	1	Unidade	Prédio	3	3
	22	3	Bolsa Térmica em gel para pequena compressa quente e fria	1	Unidade	Prédio	3	3
	23	4	Cadeira de rodas	1	Unidade	1 por Prédio porém o Anexo contará com 2 unidades em virtude dos atendimentos da CAP	4	4
	24	5	Colar cervical de cada tamanho padronizado grande	1	Unidade	Prédio	3	3
	25	6	Colar cervical de cada tamanho padronizado médio	1	Unidade	Prédio	3	3
	26	7	Colar cervical de cada tamanho padronizado pequeno	1	Unidade	Prédio	3	3
	27	8	Colar cervical, confeccionado em polipropileno, suporte adaptável a qualquer forma e tamanho Infantil.	1	Unidade	1 por Prédio porém o Anexo contará com 2 unidades em virtude da creche	4	4
	28	9	Desfibrilador semiautomático EXT DEA LIFELINE	1	Unidade	Prédio	3	3
	29	10	Maca Hospitalar 1.80 cm x 0.60 cm x 0.80 cm (Sede/Anexo)	1	Unidade	Prédio	3	3
	30	11	Prancha longa de madeira ou material de similar resistência (190 cm x 45 cm),	1	Unidade	Prédio	3	3

	31	12	Ressuscitador manual (ambu) ou máscara de ressuscitação para ventilação artificial (adulto e Criança)	1	Unidade	Prédio	3	3
	32	13	Tesoura de ponta romba aço inoxidável - 15cm	1	Unidade	Prédio	3	3
Somatório valores mensais de insumos de Primeiros Socorros por Funcionário								
Prédio (considerados as unidades do MS: Sede, Anexo, Bloco O):						3		
Mão de obra (quantidade de prestadores de serviço do contrato):						32		
Postos (quantidade de postos do contrato):					17			
O grupo "FORNECIMENTO ÚNICO*" tem previsão de fornecimento apenas uma vez na contratação, no início da prestação dos serviços; Os grupos "Mensal" e "Anual" tem periodicidade de fornecimento conforme caracterizado pela própria denominação.								

5.44.1. A empresa deverá fornecer e repor todos os equipamentos, EPIs, equipamentos de primeiros socorros e materiais de escritório necessários para o desenvolvimento das atividades diárias.

5.44.2. Os equipamentos, EPIs, equipamentos de primeiros socorros e materiais de escritório deverão ser substituídos, sem ônus para o Ministério da Saúde; sempre que necessário, seja por desgaste natural ou defeito que impossibilite sua perfeita utilização ou por extravio ficando a CONTRATADA responsável pela guarda de seus equipamentos e de suas ferramentas;

## INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.45. A demanda do órgão tem como base as seguintes características e requisitos indispensáveis de que o objeto a contratar deve dispor, incluindo os padrões mínimos de qualidade e de inquestionável capacidade técnica para a prestação dos serviços.

5.45.1. A excepcional realização de horas extras pelos empregados, exigido prévio acordo e autorização entre a Contratante e a Contratada serão sempre compensadas posteriormente mediante horas de trabalho a menos, em dias e horários a serem definidos pela Contratada, em nenhuma hipótese será permitida a sua remuneração.

5.45.2. É responsabilidade da Contratada fornecer, instalar e manter o equipamento de ponto eletrônico biométrico, bem como fornecer os relatórios de controle e conferência das jornadas de trabalho dos profissionais que prestarão os serviços de apoio administrativo nas dependências do Ministério da Saúde.

5.45.3. É responsabilidade da Contratada disponibilizar os equipamentos, recursos humanos e tecnológicos, conforme especificações mínimas estabelecidas neste instrumento, de modo a atender plenamente ao volume do serviço quanto à quantidade e qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

5.45.4. A Contratada deverá possuir condições de gerir e organizar a coordenação dos colaboradores, em virtude da inadmissibilidade da subordinação direta, típica de vínculo empregatício, para o cumprimento da prestação dos serviços e peculiaridades específicas das atribuições do objeto contratado.

5.45.5. Nos termos da Lei nº 11.901/09 e da CBO 5171, deverá ser pago o **adicional de 30% (trinta por cento), a título de periculosidade**, aos trabalhadores que exerçam a função de Bombeiro Civil (Brigadistas), Bombeiro Civil Aeródromo e Bombeiro Civil Salva-vidas, no âmbito do Distrito Federal.

5.45.6. As LICITANTES deverão preencher as Planilhas em arquivo Excel, fazendo constar as memórias de cálculo detalhadas, discriminando a metodologia e fórmulas adotadas para a obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes de composição de custos e formação de preços dos postos de serviço, a fim de facilitar a análise por parte da área técnica da CONTRATANTE.

5.45.7. As LICITANTES deverão observar as disposições do Decreto n.º 6.957, de 2009, e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o seu CNPJ, definido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

5.45.8. A proposta da LICITANTE deverá informar os “Riscos Ambientais do Trabalho - RAT” na Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços (Submódulo 2.2) considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da do FAPWeb ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) da licitante.

5.45.9. Considerando-se jurisprudência do TCU (Acórdão n.º 288, de 2014 – Plenário), fica vedada a inclusão do item “Reserva Técnica” na Planilha de Custos e de Formação de Preços, já que não existem eventos que motivariam a aceitação desse tipo de custo. A inserção de custos dessa natureza acarretará a necessidade de retificação da proposta, solicitada mediante diligência, sendo que o não atendimento da mesma acarretará a desclassificação da proposta.

## **ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO**

5.46. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

5.47. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.18. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.
- 6.19. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.
- 6.20. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.21. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.22. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.23. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.24. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.25. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.26. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.26.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.26.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.26.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.26.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.29.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.29.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

### **Fiscalização Administrativa**

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2 entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;



6.33.1.2.3 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3 entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.34. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.23.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.35. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.23.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.36. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.37. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.38. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.39. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.40. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.41. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.

6.44. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.45. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.46. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.47. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.48. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.49. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.50. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.51. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.52. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.53. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.54. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.55. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.55.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.55.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.56. As compensações de jornada limitam-se:

6.56.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.56.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.57. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

## **Gestor do Contrato**

6.58. Cabe ao gestor do contrato:

6.58.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.58.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.58.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.58.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.58.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.58.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.58.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.59. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice V deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice V deste Termo de Referência, para avaliação da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

### Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dias) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Repactuação**

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.2. A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.

7.45.2.1. Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.

7.45.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.46. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento do IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^o$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.47. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.48. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.49. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.51. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.52. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.53. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.54. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.55. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.56. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.57. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.58. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 dias úteis, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.59. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.60. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.61. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.62. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.63. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A20] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.64. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.64.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **Reajuste**

7.65. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em 23/02/2026.

7.66. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.67. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.68. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.69. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



7.70. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.71. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.72. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de crédito**

7.73. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.74. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.75. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.76. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.77. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.78. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Conta-Depósito Vinculada**

7.79. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.80. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.81. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.82. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.83. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.84. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de

autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.84.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.84.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.84.3 Multa sobre o FGTS; e

7.84.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.85. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.86. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.87. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.88. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.89. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.90. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.91. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.92. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (dois por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na **Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027**, Número de Registro no MTE: DF000032/2026 - SINDIBOMBEIROS-DF (SEI nº 0053570955), firmada entre Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviços e Especializadas em Bombeiro Civil do Distrito Federal - SEPEBC-DF, CNPJ n. 10.753.518/0001-50, e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, utilizada como paradigma:

#### **9.3.1. Bombeiro Civil 12x36 (Noturno):**

a) salário-base, no valor de **R\$ 4.033,04**;

b) auxílio-alimentação, no valor de **R\$ 740,40**;

c) benefícios de natureza trabalhista ou social: **R\$ 4.802,25;**

c.i) Adicional Noturno: **R\$ 563,02;** e

c.ii) Adicional de Periculosidade: **R\$ 1.209,91.**

#### **9.3.2. Bombeiro Civil 12x36 (Diurno):**

a) salário-base, no valor de **R\$ 4.033,04;**

b) auxílio-alimentação, no valor de **R\$ 740,40;**

c) benefícios de natureza trabalhista ou social: **R\$ 3,892,00;** e

c.i) Adicional de Periculosidade: **R\$ 1.209,91.**

#### **9.3.3. Bombeiro Civil Líder - 6 horas (Diurno):**

a) salário-base, no valor de **R\$ 5.013,20;**

b) auxílio-alimentação, no valor de **R\$ 1.036,56;**

c) benefícios de natureza trabalhista ou social: **R\$ 5,276,19;** e

d) Adicional de Periculosidade: **R\$ 1.503,96.**

#### **9.3.4. Bombeiro Civil Líder - 12x36 (Diurno):**

a) salário-base, no valor de **R\$ 5.013,20;**

b) auxílio-alimentação, no valor de **R\$ 1.036,56;**

c) benefícios de natureza trabalhista ou social: **R\$ 4.980,03;** e

d) Adicional de Periculosidade: **R\$ 1.503,96.**

#### **9.3.5. Bombeiro Civil Mestre - 6 horas:**

a) salário-base, no valor de **R\$ 9.418,59;**

b) auxílio-alimentação, no valor de **R\$ 1.036,56;** e

c) benefícios de natureza trabalhista ou social: **R\$ 9.001,80**

d) Adicional de Periculosidade: **R\$ 2.825,58.**

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; [A9]

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Ato de autorização para o exercício da atividade de serviços relativos à segurança contra incêndio e pânico no Distrito Federal, precisamente a apresentação do Certificado de Credenciamento (CRD) e da revalidação quadrimestral, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), nos termos da Norma Técnica nº 006/200/CBMDF e Lei 11.901 /2009, considerada a competência atribuída ao referido órgão pelo art. 4º do Decreto Distrital no 21.361, de 20 de julho de 2000.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

9.22.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e

9.22.2 Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

9.23. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.27. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Apêndice VII deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.27.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.27.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.30. Registro ou inscrição da empresa contratada no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em plena validade, para o exercício dos serviços de Brigada de Incêndio Particular, conforme dispõe as Normas Técnicas nº 006/2000 e 007/2011 – CBMDF;

9.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.31. Declaração da licitante de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que comprovem que os Chefes da Brigada de Incêndio e Brigadistas Particulares a serem designados para a execução dos serviços possuem a formação, a capacitação, escolaridades, experiências e demais exigências conforme disposto na Norma Técnica nº 007 /2011 (CBMDF).

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo, número de postos de trabalho equivalente ao da contratação;

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, considerado como valor máximo aceitável, é de **R\$ 5.146.656,24** (cinco milhões, cento e quarenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos) ao ano, perfazendo o valor total de **R\$ 25.733.281,20** (vinte e cinco milhões, setecentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta e um reais e vinte centavos) para o período de 5 (cinco) anos, conforme os custos unitários constantes na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: **250110/00001**;
- II) Fonte de recursos: **1002000000**;
- III) Programa de trabalho: **10.122.0032.2000.0001**;
- IV) Elemento de despesa: **33.90.37, Subelemento 07**; e
- V) Plano Orçamentário: **0007**.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, portanto, o documento possui caráter público e poderá ser disponibilizado para quaisquer interessado, nos termos da Lei nº 12.527/2011.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024 )

Não se aplica.

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Não se aplica.

### **15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Não se aplica.

### **16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

Não se aplica.

### **17. 5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

Não se aplica.

### **18. 6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

Não se aplica.

### **19. 7. DOS CASOS OMISSOS**

Não se aplica.

### **20. 8. ALTERAÇÕES**

Não se aplica.

### **21. 9. FORO**

Não se aplica.

### **22. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Não se aplica.

### **23. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARTA VALERIA DAS GRACAS MIRANDA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 10:10:13.*

**KATIA REGINA CARDOSO PEDRA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 14:20:26.*

**GREGORI TEIXEIRA DA COSTA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 10:31:12.*

**VICENTE DE PAULA ALMEIDA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 10:23:25.*

## SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**Estudo Técnico Preliminar 33/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 25000.110357/2024-10

**2. Descrição da necessidade****Problema Identificado**

2.1. A referida contratação justifica-se pela necessidade de manter no Ministério da Saúde, de maneira contínua, segurança preventiva e ostensiva no combate a incêndios e pânico, desenvolvimento de política prevencionista de segurança contra incêndio e atendimento emergencial de primeiros socorros aos servidores, prestadores de serviços, estagiários e visitantes, tendo como objetivo:

2.1.1. Suprir a falta de uma Brigada de Incêndio no Órgão, considerando que o Ministério da Saúde não possui servidores especializados no serviço em tela, atendendo, assim, às exigências legais e elevando os padrões de proteção às vidas e ao patrimônio;

2.1.2. Atender às demandas do Órgão concernentes ao abandono de área visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, de modo a reduzir as consequências sociais e patrimoniais do sinistro;

2.1.3. Cumprir o disposto em legislação específica do CBMDF, que estabelece os critérios mínimos para a formação e prestação de serviço de Bombeiro Civil.

2.2. A alternativa da terceirização apresenta-se como solução apropriada e cabível, em consonância com o disposto no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta de serviços na administração pública federal. Os serviços a serem contratados, incluindo os de brigadista, enquadram-se nos pressupostos da norma, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal do Ministério da Saúde, não sendo inerentes às categorias funcionais de seu plano de cargos.

2.3. Antes de se optar pela contratação, foi avaliada outra possibilidade, como a execução direta dos serviços por meio concurso público para provimento de novos cargos. Concluiu-se que a alternativa se mostraria ineficiente e antieconômica. A utilização de servidores do quadro permanente para tarefas que não correspondem à missão finalística do órgão representaria um desvio de função e uma alocação inadequada de recursos humanos especializados em políticas de saúde pública.

2.4. Da mesma forma, a criação de cargos efetivos para atividades de natureza acessória e instrumental, como as de atendimento e brigada, geraria um aumento permanente na despesa com pessoal e uma rigidez administrativa desnecessária. Tal medida vai de encontro à busca por uma gestão pública mais ágil e focada em resultados, sobrecarregando a estrutura do Estado com funções que não constituem sua atividade-fim.

2.5. A opção pela terceirização, por outro lado, permite que a Administração Pública se beneficie da expertise e da especialização de empresas dedicadas a esses serviços. A contratação de uma empresa especializada garante o acesso a mão de obra qualificada, equipamentos adequados e metodologias de trabalho eficientes, que dificilmente seriam replicadas com a mesma qualidade e custo-benefício pela estrutura interna do Ministério, cujo foco é a saúde.

2.6. Essa decisão está em plena conformidade com o princípio constitucional da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal. Ao delegar atividades-meio, o Ministério da Saúde pode concentrar seus esforços gerenciais, orçamentários e técnicos em sua missão primordial, que é a de prover saúde de qualidade à população.

2.7. Ressalta-se que, a terceirização não é apenas uma escolha legal, mas uma estratégia de gestão que visa a otimização dos recursos públicos, a flexibilidade e a qualidade na prestação de serviços acessórios. A medida alinha-se à jurisprudência

consolidada dos tribunais superiores, que veem na terceirização lícita um instrumento legítimo para modernizar a gestão pública e garantir que o foco permaneça na entrega de valor à sociedade, sem precarização e em observância aos princípios que regem a Administração Pública.

2.8. O serviço em pauta é caracterizado como serviço comum e, portanto, possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

2.9. O objeto desta contratação enquadra-se no rol de serviços de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, pois sua interrupção poderá comprometer a integridade física das pessoas, do patrimônio e das informações, a realização das atividades essenciais e o cumprimento da missão institucional do Ministério da Saúde.

2.10. A nova contratação se justifica tendo em vista que o atual Contrato Administrativo nº 93/2022 (8460273), firmado entre o Ministério da Saúde e a empresa City Service Segurança LTDA, com vigência até o dia 01/05/2026, encontra-se em fase de prorrogação contratual.

2.11. Diante da complexidade das atribuições exercidas por este Ministério da Saúde demonstra-se que o objeto em referência deve ser tratado como serviço essencial e imprescindível, não podendo sofrer descontinuidade, motivo pelo qual se justifica a abertura de nova contratação.

2.12. Logo, a nova contratação está amparada na necessidade de preservar, em tempo integral, as instalações físicas do Ministério da Saúde, assim como, atender à legislação que trata da obrigatoriedade da existência de equipe de Brigadistas organizada e treinada para atuar na prevenção de incêndios, abandono e combate a princípios de incêndio e pânico, devendo a empresa a ser contratada responsabilizar-se integralmente pela realização dos serviços, nos termos da legislação vigente, visando ainda, manter a integridade física da população que utiliza as dependências do órgão de forma permanente, no ambiente do trabalho ou eventual.

### **Real Necessidade da Contratação**

2.13. A contratação de serviços de brigada no Distrito Federal deve contemplar os requisitos fixados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF). Destacam-se as seguintes normas técnicas do CBMDF:

- Norma Técnica nº 001/2002-CBMDF, que trata das exigências de sistemas de proteção contra incêndio e pânico das edificações do Distrito Federal; Norma Técnica nº 02/2016-CBMDF, que trata da definição do risco de incêndio para as edificações e áreas de risco do Distrito Federal, conforme suas ocupações e usos;
- Norma Técnica nº 006/2000-CBMDF, que trata sobre a emissão do Certificado de Credenciamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para empresas e profissionais;
- Norma Técnica nº 007/2011-CBMDF, que trata da Brigada de Incêndio, fixando os critérios de dimensionamento, atribuições, formação e atuação das Brigadas de Incêndio em edificação e eventos no Distrito Federal;
- Norma Técnica nº 009/2002-CBMDF, que trata das condições mínimas de segurança exigíveis para a realização de atividades eventuais que estimem a concentração de público superior a 200 (duzentas) pessoas

2.14. No âmbito exclusivo do DF, deve-se observar a legislação correlacionada aos sistemas de proteção contra incêndio e pânico:

- Decreto nº 21.361, de 20 de julho de 2000, que aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal e, dentre outras providências, estabelece o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, por intermédio de seu órgão próprio, competente para estudar, elaborar normas técnicas, analisar, planejar, fiscalizar e fazer cumprir as atividades atinentes à segurança contra incêndio e pânico, bem como, realizar vistorias e emitir pareceres técnicos com possíveis consequências de penalidades por infração ao regulamento, bem como a brigada de incêndio particular como meio de administração da proteção contra incêndio e pânico;
- Lei nº 2.747, de 20 de julho de 2001, que define as infrações e penalidades a serem aplicadas no caso de descumprimento das normas referentes a segurança contra incêndio e pânico no âmbito do Distrito Federal; Decreto Distrital nº 23.154, de 9 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº 2.747, de 20 de julho de 2001;
- Lei nº 5.766, de 14 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade e a frequência de realização de treinamento preventivo e implementação do Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono - PPCIA nas edificações e nas atividades eventuais do Distrito Federal.

2.15. No que couber e não se conflitar com a legislação aplicável ou com as normas apresentadas:

- Norma Regulamentadora nº 23 e suas alterações – Proteção Contra Incêndios, que trata da obrigatoriedade de instalações de proteção contra incêndio, das rotas de fuga, dos equipamentos para combate a incêndio e do pessoal treinado no uso correto desses equipamentos;
- Norma Regulamentadora nº 6, que trata dos Equipamentos de Proteção Individual –EPI, e Portaria MTE 194, de 07 de dezembro de 2010; ABNT NBR 15219 – Plano de emergência contra incêndio;
- Norma Técnica NBR 14276/2006 – Programa de Brigada de Incêndio, que estabelece as condições mínimas para a elaboração de um programa de brigada de incêndio;

- Norma Técnica NBR 14608/2007 – Bombeiro Profissional Civil, que estabelece os requisitos para determinar o número mínimo de bombeiros profissionais civis em uma planta, bem como sua formação, qualificação, reciclagem e atuação;
- Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a profissão do bombeiro civil e dá outras providências.

### O que se almeja alcançar com a contratação

2.16. Com a contratação da brigada de incêndio, o Ministério da Saúde busca alcançar os seguintes objetivos:

- Prevenção eficaz de incêndios e emergências:** Implementação de medidas preventivas que minimizem os riscos de incêndios e pânico, garantindo um ambiente seguro para todos os ocupantes das instalações.
- Resposta rápida e eficiente a emergências:** Atuação imediata em casos de incêndios, evacuações, abandono de edifícios e prestação de primeiros socorros, reduzindo danos à vida e ao patrimônio.
- Atendimento pré-hospitalar adequado:** Disponibilidade de profissionais treinados para realizar primeiros socorros em situações de urgência e emergência até a chegada do socorro especializado.
- Proteção ambiental:** Redução do impacto ambiental causado por incêndios e outros sinistros.
- Cumprimento das normativas vigentes:** Atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros e das normas regulamentadoras aplicáveis, garantindo conformidade legal.
- Capacitação e treinamento contínuo:** Manutenção de uma equipe constantemente treinada e atualizada, preparada para atuar com eficiência em diferentes cenários de emergência.

2.17. A contratação desse serviço é fundamental para garantir a segurança do Ministério da Saúde, promovendo a proteção à vida, a preservação do patrimônio e a mitigação de impactos ambientais decorrentes de situações de emergência.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Gestão de Produtos e Serviços Continuados - CGSER	JORDANA MAGALHÃES DE ALMEIDA CASCAIS MELEIRO FORMIGA

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART.9º, INC. II DA IN 58/2022)

4.1.1. Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços de brigada de incêndio deve considerar os seguintes requisitos básicos, que serão depurados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar e que devem ser refletidos nas exigências do Termo de Referência:

- Contratação de empresa especializada e com experiência comprovada:** A empresa contratada deve possuir registro e credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e experiência comprovada na prestação de serviços de brigada de incêndio.
- Composição da Equipe:** Alocação pela empresa contratada de empregados para execução dos serviços observando os cargos descritos neste estudo, consideradas as suas respectivas atribuições e requisitos; e desenvolvimento das atividades relacionados aos serviços nas dependências do órgão ou entidade;
- Regime de Atendimento:** O serviço deve ser prestado de forma contínua, com plantões 24 horas, garantindo cobertura integral das dependências do Ministério.
- Equipamentos e EPIs:** A empresa contratada deve fornecer todos os equipamentos necessários para o desempenho das atividades, incluindo uniformes, rádios de comunicação, extintores portáteis, kits de primeiros socorros, entre outros.

**e) Treinamento e Atualização:** A equipe deve participar periodicamente de treinamentos e simulações de emergência, garantindo a atualização contínua dos conhecimentos técnicos e operacionais.

**f) Atendimento às Normas Vigentes:** A prestação dos serviços deve seguir as diretrizes estabelecidas na Nota Técnica nº 002/2009, Norma Técnica nº 006/2010, Norma Técnica nº 007/2011 e Nota Técnica nº 02/2016 - CBMDF.

**g) Plano de Emergência:** A empresa deve elaborar e implementar um Plano de Emergência para cada edificação atendida, incluindo rotas de fuga, pontos de encontro e procedimentos operacionais padrão.

## **4.2. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE (ART.9º, INC. II DA IN 58/2022)**

4.2.1. Para determinar os critérios e práticas de sustentabilidade foi realizada consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - GNCS, 6ª ed., de setembro de 2023, de forma a verificar se a necessidade da contratação, ou parte dela, tem previsão expressa no guia supracitado.

4.2.2. “Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de 19 /01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados.

b) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido;

c) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

c.1.) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

c.2.) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

c.3.) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c.4.) nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal;

c.5.) a CONTRATADA deverá observar, no que couber, a Lei n.º 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) e a IN nº 1/2010 da SLTI/MPOG, na execução dos serviços.

4.2.3. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pilhas e baterias, cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04 /11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.2.4. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

4.2.5. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.2.6. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação (aparelho de ponto) que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.2.7. Os empregados da contratada destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, caso necessário, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital.

**4.2.8. De acordo com o Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde 2024-2026, a contratada deverá adotar as seguintes providências:**

4.2.8.1. Orientar os terceirizados que prestam serviços nas dependências do MS a reduzirem o número de impressões realizadas, alertando para que sejam impressos apenas os documentos estritamente necessários à execução das atividades laborais, sob pena de ressarcimento ao erário e outras medidas administrativas cabíveis, caso sejam dectadas impressões de cunho particular; (Eixo 1. Racionalização e Consumo Consciente do PLS-MS 2024/2026)

4.2.8.2. Orientar os terceirizados que prestam serviços nas dependências do MS a diminuir o consumo de copos descartáveis, devendo para tanto incentivar a utilização de copos reutilizáveis e se utilizar os descartáveis, promover sua limpeza para que possam ser utilizados por maior tempo; incentivar que os trabalhadores tragam seus copos, canecas e/ou squeezees pessoais, dentre outros; (Eixo 1. Racionalização e Consumo Consciente do PLS-MS 2024/2026)

4.2.8.3. Orientar os terceirizados que prestam serviços nas dependências do MS a fazer o uso responsável da rede elétrica do MS e do uso racional de água nas edificações do MS, com adoção de medidas tais como desligar as luzes quando não estiver usando ou quando se ausentar de um ambiente vazio; sempre que possível, abrir as cortinas e utilizar a luz natural do sol para iluminar os ambientes; desligar os aparelhos eletrônicos quando não estiver usando; fechar as portas e janelas quando o ar condicionado estiver em funcionamento; fechar a torneira do banheiro enquanto escova os dentes; tomar banhos curtos quando for utilizar os vestiários do MS, dentre outros; (Eixo 1. Racionalização e Consumo Consciente do PLS-MS 2024/2026)

**MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, MULHERES TRANS, TRAVESTIS, OUTRAS POSSIBILIDADES DO GÊNERO FEMININO, E MULHERES PRETAS E PARDAS**

4.2.9. Em atendimento ao Decreto Federal nº 11.430, de 2023 e à formalização do Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre o Governo Federal, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos– MGI e do Ministério das Mulheres– MM, junto ao Governo do Distrito Federal – GDF deverá ser destinado 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

4.2.10. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a 30,36 %, conforme tabela a seguir:



População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade			
Variável - População residente (Pessoas)			
Unidade da Federação - Distrito Federal			
Ano - 2022			
Idade - Total			
Cor ou raça	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	2817381	1342786	1474595
Branca	1126334	517199	609135
Preta	301765	155182	146583
Amarela	12810	5949	6861
Parda	1370836	661854	708982
Indígena	5536	2552	2984
Fonte: IBGE - Censo Demográfico			

4.2.11. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

4.2.12. Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

4.2.13. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

4.2.14. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

4.2.15. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 4.2.13.

4.2.16. A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

### 4.3. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO (ART.9º, INC. II DA IN 58/2022)

4.3.1. Os Padrões mínimos de qualidade e desempenho para o serviço de brigada de incêndio são essenciais para garantir a eficácia e a segurança das ações de combate a incêndios, prevenção de sinistros e evacuação de pessoas em situações de emergência. No Brasil, a regulamentação desse serviço é comumente baseada em normas técnicas e regulamentações estaduais e federais, como a NBR 14276 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que define os critérios de formação, composição e atuação das brigadas de incêndio.

4.3.2 Deste modo, pontua-se os principais aspectos que devem ser considerados nos padrões mínimos de qualidade e desempenho, de modo a garantir a eficiência da brigada de incêndio na proteção de vidas e na mitigação de danos materiais em caso de emergência:

#### a) Composição da Brigada de Incêndio

- Dimensionamento: O número de brigadistas deve ser proporcional ao risco da edificação, ao número de ocupantes e à área construída.
- Perfil do Brigadista: Os membros da brigada devem ser voluntários ou designados, com boa condição física e aptidão mental para atuar em situações de emergência.

#### b) Treinamento e Capacitação

- Treinamento Regular: Os brigadistas devem passar por treinamentos teóricos e práticos periódicos (normalmente a cada 12 meses), com foco em combate a incêndios, evacuação, primeiros socorros e uso de equipamentos de segurança.
- Certificação: O treinamento deve ser ministrado por uma instituição ou profissional certificado, e cada brigadista deve receber um certificado de conclusão do curso.

### c) Equipamentos de Proteção e Combate

- Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): Brigadistas devem ter acesso a EPIs adequados (capacetes, luvas, máscaras, etc.) conforme o nível de risco identificado.
- Equipamentos de Combate: Disponibilidade de extintores de incêndio, mangueiras, hidrantes e outros equipamentos conforme as normas vigentes.

### d) Plano de Emergência

- Plano de Ação: Cada brigada deve seguir um plano de emergência claro, que defina rotas de evacuação, pontos de encontro, áreas de risco e ações em diferentes tipos de emergências.
- Simulações e Drills: Realização periódica de simulações de incêndio para treinar os brigadistas e sensibilizar os ocupantes da edificação.

### e) Tempo de Resposta

- Rapidez e Eficiência: A brigada deve ser capaz de agir de forma rápida e coordenada, garantindo que o tempo de resposta à emergência seja minimizado.
- Comunicação: Uso adequado de sistemas de alarme e comunicação para alertar a todos os ocupantes e equipes de emergência.

### f) Manutenção e Inspeção

- Manutenção de Equipamentos: Todos os equipamentos utilizados pela brigada (extintores, hidrantes, sistemas de alarme) devem passar por manutenção regular, conforme as normas técnicas.
- Inspeção Periódica: A estrutura e o funcionamento da brigada devem ser auditados periodicamente para garantir a conformidade com as normas.

### g) Normas e Regulamentações

- Conformidade com Normas Técnicas: Além da NBR 14276, deve-se observar outras normas, como a NBR 9077 (saídas de emergência) e as regulamentações locais de prevenção e combate a incêndios.
- Adaptação às Especificidades Locais: Estados e municípios podem ter legislações complementares que adaptam as normas federais às necessidades locais (por exemplo, as Instruções Técnicas dos Corpos de Bombeiros).

## 4.4. DA PADRONIZAÇÃO (PORTARIA SEGES/ME Nº 938/2022)

4.4.1. Considerando que a Lei das Licitações nº 14.133/2021 no seu art. 40, § 1º, inc. I, prevê a utilização preferencial dos produtos constantes do catálogo eletrônico de padronização.

Art. 40, § 1º, inc. I:

*I - especificamente do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;*

4.4.2. Os itens objeto da presente contratação não se encontram contemplados no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, publicado até a conclusão deste estudo, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

## 4.5. DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

4.5.1. Os serviços objetos desta contratação são enquadrados como continuado e atividade material acessória tendo em vista que são imprescindíveis e essenciais para a execução das atividades do Ministério da Saúde em Brasília/DF, a fim de garantir aos servidores, colaboradores e assistidos um ambiente seguro e dotado de apoio técnico, indispensáveis ao bom ambiente de trabalho, evitando transtornos à administração e assegurando a continuidade no desenvolvimento de suas funções, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

4.5.2. Conforme o artigo 15, da Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de todos os serviços, portanto, identifica-se o serviço de vigilância como

essencial para assegurar a integridade do patrimônio público, e o serviço de brigadista como indispensável para o funcionamento das atividades finalísticas do órgão.

#### **4.6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.6.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

#### **4.7. SUBCONTRATAÇÃO**

4.7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.8. DA DURAÇÃO DO CONTRATO**

4.8.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4.9. DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

4.9.1. No âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em virtude das disposições da nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, a participação de pessoas físicas em licitações foi regulamentada pela Instrução Normativa da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES) nº 116/2021, publicada no dia 30 de dezembro de 2021. Importante frisar que a definição de pessoa física está relacionada ao serviço prestado por um autônomo. Ou seja, uma pessoa física participa da licitação ou da contratação direta com seu CPF.

4.9.2. A exceção trazida pelo parágrafo único, do art. 4º, da IN SEGES nº 116/2021 para afastar a participação de pessoa física em licitações se dará quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução de objeto incompatível com a natureza profissional da pessoa física. Como um dos requisitos da contratação, ficou definido que a empresa a ser contratada deverá alocar os empregados necessários e com conhecimento suficiente para desenvolvimento das atividades, de modo a atingir os resultados com a qualidade pretendidos, necessários à execução dos serviços de Brigada, uma pessoa física não consegue atender aos requisitos legais estabelecidos para a prestação dos serviços que se pretende contratar, motivo pelo qual sua participação será vedada na presente contratação.

4.9.3. Nos termos do Art. 18-C da Lei Complementar nº 123/2006, "*poderá enquadrar-se como MEI o empresário individual ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural que possua um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional*", ou seja, o microempreendedor individual pode contratar até 1 (um) funcionário, e seu salário não pode ser superior ao piso da categoria ou ao salário mínimo nacional, o empregado receberá o que for maior. Além disso, o MEI possui uma lista de atividades econômicas permitida, não estando o serviço de Brigada constante na lista do Anexo XI da Resolução CGSN nº 140/2018, tabelas A e B. Esses motivos somados aos do item anterior, no que se refere à necessidade de estrutura mínima, com equipamentos, insumos e equipe de profissionais/corpo técnico, afastam a participação de Microempreendedor Individual - MEI na contratação ora pretendida.

4.9.4. A vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, está em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003, uma vez que foi determinado que a União deve abster-se de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, como a solução que se pretende contratar no caso concreto.

4.9.5. No que se refere à participação de Consórcio de Empresas na licitação. Vejamos que na Lei nº 8.666/1993 a participação de empresas em consórcio era exceção, agora na Lei nº 14.133, a Nova Lei de Licitação e Contratos - NLLC, é a regra. A NLLC, tem como regra geral a permissão à participação de consórcios, inclusive quando o instrumento for omisso sobre o tema. A Administração Pública, quando não permitir a participação de licitantes em consórcios, deve motivar essa decisão, justificando as razões para tanto. Assim, entendemos ser viável permitir a participação de empresas reunidas em consórcio na licitação pretendida.

4.9.6. Ainda quanto à participação de consórcio quando não formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, sugerimos colocar o percentual mínimo (10%) previsto na cláusula 9.4.1. do modelo de edital de pregão da AGU. Esse percentual é apenas uma sugestão dessa área demandante, devendo a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos Administrativos - CGLIC/SAA fazer a análise devida, enquanto responsável pela elaboração do edital.

4.10. TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.10.1. Não haverá a necessidade de realizar a transição contratual.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando os requisitos da contratação disposto no item anterior, promovemos consulta ao mercado atual para relacionar e detalhar as possíveis soluções que possam vir a atender integralmente à necessidade do Ministério da Saúde em Brasília/DF.

Quadro de Soluções para Atendimento à Necessidade de Brigada de Incêndio no MS/DF			
Solução	Descrição	Vantagens	Desafios/Considerações
1 - Contratação de empresa especializada em brigada de incêndio via licitação	A contratação de uma empresa terceirizada para fornecer mão de obra especializada em brigadistas de incêndio, incluindo treinamento, gestão e operação do serviço.	Atendimento profissional e contínuo- Redução de riscos trabalhistas- Cumprimento da legislação vigente	Necessidade de planejamento detalhado para garantir conformidade com requisitos técnicos- Possível rotatividade de funcionários terceirizados
2 - Treinamento e capacitação de servidores internos	O MS pode oferecer cursos de formação em brigada de incêndio para servidores efetivos e terceirizados já contratados para outras funções.	Redução de custos com terceirização- Maior controle sobre a equipe interna	Dificuldade em realocar servidores para essa função devido às exigências legais- Necessidade de certificação específica
3 - Acordo de cooperação com o Corpo de Bombeiros Militar do DF	Estabelecimento de parceria com o CBMDF para treinamento e suporte em emergências nas dependências do MS.	Acesso a profissionais altamente qualificados- Maior integração com os órgãos de emergência pública	Limitações operacionais do CBMDF para atendimento contínuo- Dependência de políticas governamentais e disponibilidade de efetivo
4 - Implementação de tecnologia para detecção e combate a incêndios	Uso de sensores de fumaça, alarmes automáticos, sprinklers e sistemas inteligentes para reduzir o tempo de resposta a incêndios.	Redução da necessidade de intervenção humana inicial- Automação e integração com sistemas de emergência	Alto custo inicial de implantação- Necessidade de manutenção constante
5 - Contratação de bombeiros civis	Emprego direto de bombeiros civis pelo MS para atendimento exclusivo nas suas instalações.	Equipe dedicada exclusivamente ao MS- Maior controle operacional sobre os profissionais	Restrição legal para contratação direta sem concurso- Gestão trabalhista complexa
6 - Uso de drones e inteligência artificial para monitoramento preventivo	Implementação de drones e IA para detectar princípios de incêndio, analisar riscos e acionar emergências automaticamente.	Resposta mais rápida a incidentes- Melhoria na gestão de segurança patrimonial	Necessidade de integração com sistemas humanos de resposta- Alto custo de aquisição e operação
7 - Terceirização híbrida (equipe fixa + suporte sob demanda)	Contratação de uma equipe mínima de brigadistas residentes com suporte extra em situações específicas.	Equilíbrio entre custo e eficiência- Flexibilidade para ajustes conforme a demanda	Gestão operacional mais complexa- Dependência de fornecedores externos para reforço pontual

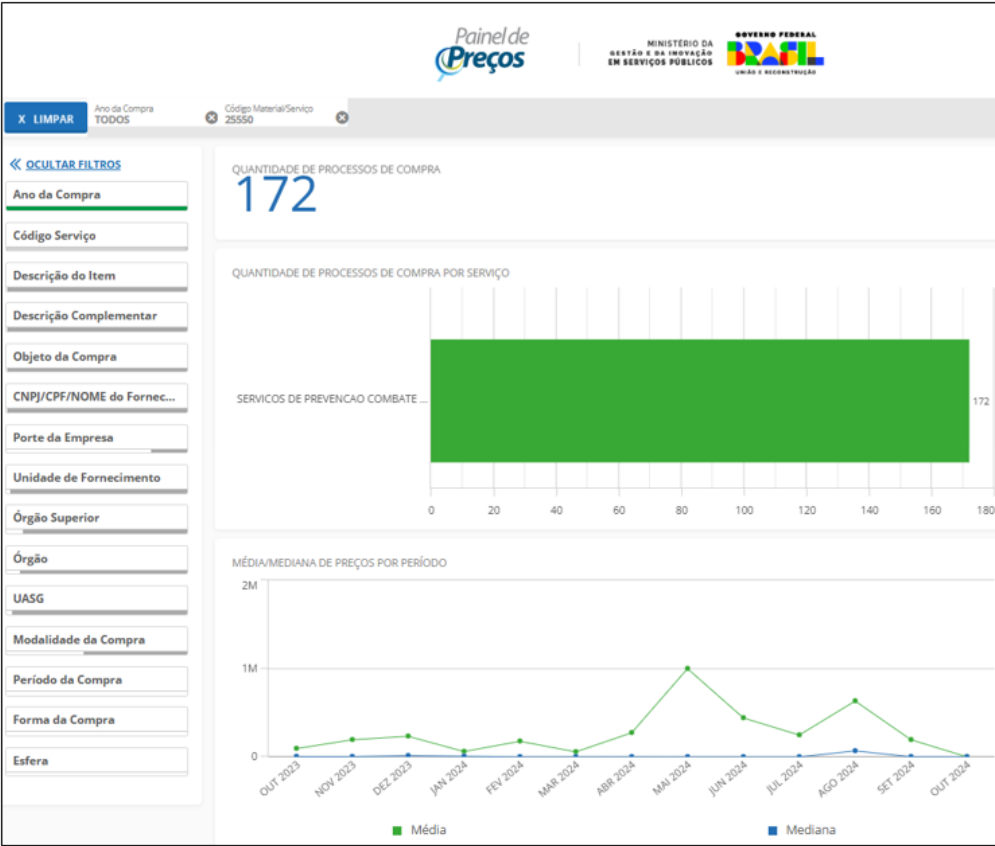
5.2. Apresentamos abaixo um quadro detalhado de fornecedores que oferecem serviços de brigada de incêndio, incluindo a disponibilização de mão de obra especializada (brigadistas) e serviços de terceirização, selecionadas empresas com sede ou filial no Distrito Federal, bem como outras com atuação nacional.

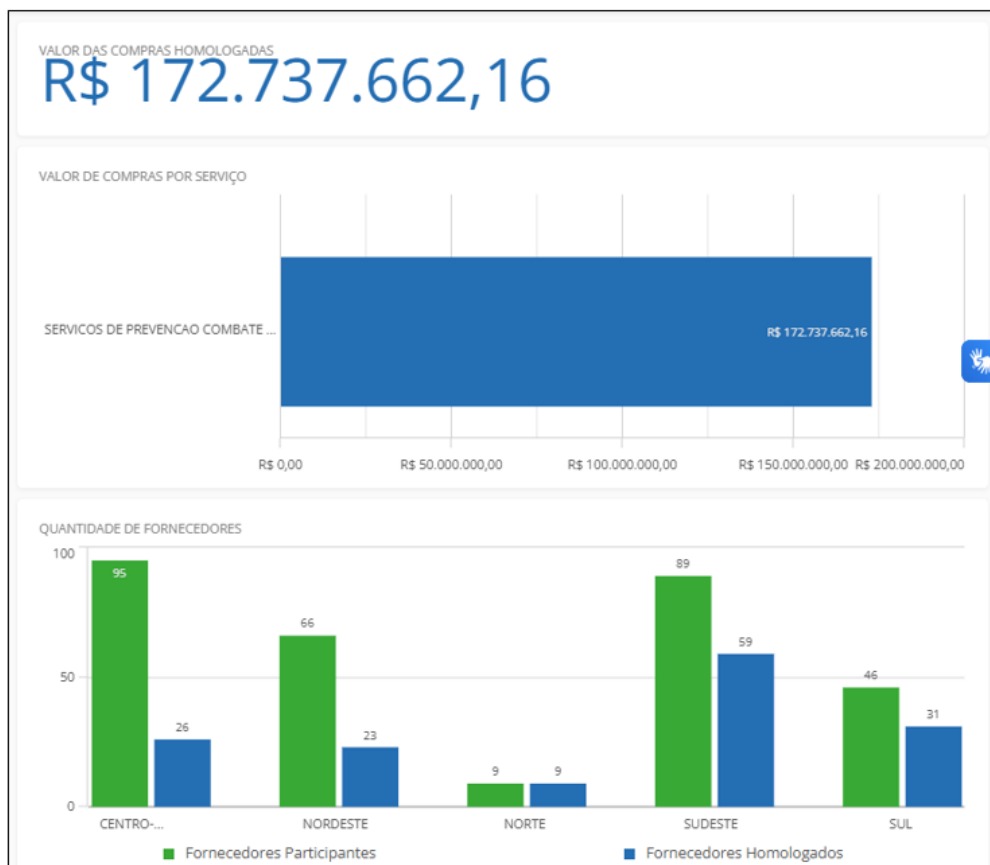
Quadro de Fornecedores para Serviços de Brigada de Incêndio e Terceirização de Mão de Obra			
Fornecedor	Localização	Descrição dos Serviços/Produtos	Conformidade com Requisitos Especificados
Brasfort	Brasília, DF	Oferece soluções integradas de vigilância, segurança eletrônica, limpeza, conservação e manutenção. Disponibiliza serviços de brigada contra incêndio e terceirização de mão de obra especializada.	Equipe de vigilância e segurança altamente qualificada, preparada com os melhores padrões para proteção pessoal e patrimonial. (brasfort.com.br)
Prime Serviços	Brasília, DF	Fornecer brigadistas treinados, elaboração de planos de emergência, treinamentos regulares e manutenção de equipamentos de combate a incêndio.	Profissionais capacitados para atender a emergências, com treinamentos regulares e manutenção periódica dos equipamentos. (empresaprime.com.br)

Grupo QualityMax	Brasília, DF	Oferece brigadistas e bombeiros civis instruídos e preparados para proteger empresas ou eventos, com equipe altamente treinada e qualificada.	Profissionais com formação específica em cursos autorizados e certificados pelo Corpo de Bombeiros, seguindo procedimentos certificados. (grupoqualitymax.com.br)
Artemis – Soluções de Prevenção	Brasília, DF	Serviços de bombeiro civil, guarda-vidas, agente de portaria, recepcionista, teste hidrostático e alarme de incêndio.	Profissionais capacitados para diversas áreas de prevenção e segurança, incluindo brigada de incêndio. (artemisdf.com.br)
Grupo Raio – Segurança e Serviços	Brasília, DF	Possui mão de obra especializada, prestando serviços terceirizados com excelência para empresas privadas, órgãos públicos federais e estaduais, embaixadas, entre outras instituições.	Oferece serviços de apoio administrativo, portaria, lavagem de veículos, motorista executivo e manutenção predial, além de segurança e brigada de incêndio. (gruporaio.com)
Grupo Griffó	Brasília, DF	Líder em terceirização de segurança especializada e escolta armada, terceirização de serviços, condomínios, segurança para eventos, entre outros.	Especialistas em condomínio, segurança e vigilância, segurança de eventos e terceirização de serviços, com mais de 30 anos de experiência. (grupogriffo.com.br)
Grupo Ágil	Brasília, DF	Referência no segmento de terceirização de mão de obra especializada, atuando no mercado do Distrito Federal na área pública e privada.	Oferece mão de obra especializada e qualificada, com excelência, segurança e foco na satisfação dos clientes. (grupoagil.com.br)
Brigada 2 Irmãos	Brasília, DF	Auxilia na prevenção e no atendimento a emergências em edificações públicas e privadas, eventos de grande concentração de pessoas e locais públicos.	Oferece mão de obra especializada e qualificada para eventos sob demanda

5.3. Com o intuito de otimizar o processo licitatório, foi realizado levantamento de mercado dos serviços de brigada de incêndio, mediante sítio do Painel de Preços (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>), para coleta de dados relevantes, como quantidade de empresas que prestam o mesmo serviço, quais modalidades de contratação são adotadas para este mesmo serviço (CATSER 25550 Serviços de prevenção combate incêndio / brigadista) e quais valores são praticados no mercado entre os anos 2023 e 2024.

5.4. Vejamos no quadro abaixo, o resultado das contratações para serviços de brigada civil, realizadas em âmbito nacional nos anos de 2023 e 2024:





5.5. Após análise dos dados coletados, verifica-se que o valor total das compras homologadas nesse período foi de R\$ 172.737.662,16, com 172 processos de compra, como se observa no gráfico retirado do sítio do Painel de Preços, pode-se constatar uma quantidade diversa de participantes, sendo 95 na região Centro- Oeste, 66 no Nordeste, 9 no Norte, 89 no Sudeste e 46 no Sul, restando claro a pluralidade de fornecedores que prestam o serviço pretendido, e consequentemente viável a contratação.

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.6. A presente justificativa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de brigada de incêndio no âmbito do Ministério da Saúde (MS) justifica-se de forma consistente sob os aspectos técnico, operacional e econômico. Trata-se de serviço contínuo, essencial à preservação da vida, à integridade física dos ocupantes das edificações e à proteção do patrimônio público, cuja interrupção ou descontinuidade pode acarretar riscos elevados e prejuízos irreparáveis à Administração Pública.

5.7. Do ponto de vista técnico-operacional, a natureza permanente das atividades de prevenção e combate a incêndios, evacuação de áreas, abandono de edificações e prestação de primeiros socorros exige a manutenção de equipes treinadas, capacitadas e familiarizadas com as especificidades das instalações do órgão. A vigência plurianual favorece a estabilidade das equipes, reduz a rotatividade de profissionais e contribui para o aprimoramento contínuo dos serviços prestados, uma vez que os brigadistas passam a deter conhecimento aprofundado sobre os riscos, fluxos de evacuação e peculiaridades estruturais das edificações do MS. Tal continuidade operacional eleva significativamente o nível de prontidão e resposta em situações de emergência.

5.8. Sob a ótica econômica, a contratação plurianual revela-se vantajosa ao permitir maior previsibilidade orçamentária e financeira, bem como a diluição de custos administrativos associados à realização frequente de novos certames licitatórios. A redução de custos indiretos tais como mobilização, recrutamento, seleção e treinamento inicial de equipes contribui para a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração. Ademais, contratos com maior prazo de vigência tendem a atrair maior competitividade entre os licitantes, possibilitando melhores condições comerciais e preços mais estáveis ao longo do tempo.

5.9. Ressalta-se, ainda, que a descontinuidade contratual, ainda que por curto período, pode comprometer gravemente a segurança institucional, expondo servidores, visitantes e bens públicos a riscos iminentes. Nesse contexto, a vigência plurianual atua como instrumento de mitigação de riscos, garantindo a continuidade ininterrupta dos serviços e o cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis à segurança contra incêndio e pânico.

5.10. Essa escolha encontra respaldo no art. 9º, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que orienta a adoção de soluções que promovam maior eficiência e vantajosidade à Administração Pública. A escolha pela vigência plurianual, portanto, alinha-se às boas práticas de governança e gestão contratual, assegurando não apenas a economicidade, mas também a eficácia e a qualidade dos serviços prestados.

## Análise Técnica da Solução Escolhida

### Atendimento aos Requisitos Legais e Normativos

5.11. A opção pela terceirização da brigada de incêndio atende integralmente às exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), que normatiza a obrigatoriedade de brigadas em edificações públicas. Além disso, está em conformidade com:

- Lei Distrital nº 4.204/2008 ,
- Normas Técnicas do CBMDF;
- Lei nº 14.133/2021.

### Especialização e Qualificação Técnica

5.12. A contratação de uma empresa especializada garante que os profissionais designados tenham formação e certificações certificadas, em conformidade com as diretrizes do CBMDF e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), principalmente as normas:

- NBR 14276 – Programa de brigada de incêndio;
- NBR 14608 – Bombeiro profissional civil;
- NBR 15219 – Plano de emergência contra incêndio.

5.13. Ao delegar essa atividade a uma empresa do ramo, a MS garante que os brigadistas sejam treinados, capacitados periodicamente e atualizados sobre as melhores práticas de segurança.

### Continuidade e Eficiência Operacional

5.14. A brigada de incêndio deve atuar 24 horas por dia, garantindo uma resposta pronta em situações emergenciais. A terceirização permite a substituição imediata de profissionais isolados, garantindo a continuidade dos serviços sem comprometer a segurança das instalações e dos usuários do edifício.

5.15. Além disso, a empresa contratada será responsável por fornecer e manter equipamentos essenciais, como rádios comunicadores, uniformes, bombeiros e kits de primeiros socorros, evitando a necessidade de aquisição e gerenciamento por parte do MS.

## Análise Econômica da Solução Escolhida

### Comparação com Outras Alternativas

5.16. Foram comprovadas diferentes possibilidades para atender à necessidade do MS, sendo a terceirização uma opção mais vantajosa em termos de custo-benefício.

Alternativa	Vantagens	Desvantagens	Custo Estimado
<b>Treinamento e utilização de servidores internos</b>	Redução de custo com terceirização	Impossibilidade legal de realocação de servidores para essa função. Exigiria concurso público.	Elevado (devido à necessidade de treinamento contínuo e impacto na folha de pagamento)
<b>Contratação direta de bombeiros civis pelo MS</b>	Maior controle sobre os profissionais	Restrição legal para contratação sem concurso. Altos encargos trabalhistas.	Muito elevado (carga tributária + benefícios trabalhistas)
<b>Acordo com o Corpo de Bombeiros Militar do DF</b>	Atendimento por equipe altamente avançado	O CBMDF não possui efeito efetivo disponível para atuação permanente no MS.	Impraticável
<b>Contratação de empresa especializada via licitação</b>	Atendimento 24h, substituição imediata, mão de obra comprometida e menor risco trabalhista	Necessidade de planejamento detalhado e monitoramento do contrato	Moderado (pagamento mensal ajustável conforme necessidade)

5.17. A terceirização se mostrou a melhor opção do ponto de vista econômico, pois permite custos previsíveis e elimina encargos administrativos, previdenciários e trabalhistas que recai sobre contratações diretas.

### Custos Envolvidos na Contratação

5.18. Os principais custos da contratação incluem:

- a) **Mão de obra especializada** (salários, benefícios, encargos);
- b) **Equipamentos e insumos** (uniformes, rádios, kits de primeiros socorros);
- c) **Treinamentos contínuos** (capacitação e reciclagem obrigatória dos brigadistas);
- d) **Gestão e supervisão** (acompanhamento do serviço prestado).

5.19. Com a terceirização, o MS evita gastos diretos com esses itens, pois são de responsabilidade da empresa contratada.

### **Conclusão**

5.20. A escolha pela contratação de empresa especializada em brigada de incêndio via licitação é justificada por:

- a) **Segurança jurídica e normativa** – Cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis.
- b) **Garantia de mão de obra comprometida** – Profissionais treinados e certificados, com reciclagens periódicas.
- c) **Eficiência operacional** – Continuidade do serviço, resposta ágil e disponibilidade 24h.
- d) **Redução de custos e riscos** – Evita despesas trabalhistas diretas, despesas a médio e longo prazo.
- f) **Maior controle e previsibilidade orçamentária** – Custo fixo definido contratualmente, sem surpresas financeiras.

5.21. Dessa forma, a terceirização é a solução mais viável, garantindo a segurança das instalações do Ministério da Saúde e a integridade dos servidores, da supervisão de serviço e dos visitantes.

5.22. A solução para atendimento das necessidades dos órgãos e entidades é bastante simplificada, sendo materializada pela empresa contratada mediante alocação de empregados para desenvolvimento de atividades necessárias, de acordo com as especificações e exigências estabelecidas no TR que balizará o processo licitatório.

### **AUDIÊNCIA E/OU CONSULTA PÚBLICA**

5.23. Considerando o valor estimado da contratação e a solução a ser contratada, cuja disponibilidade é ampla no mercado, não se faz necessária a realização de audiência e/ou consulta pública.

### **POSSIBILIDADE DE COMPRA, LOCAÇÃO DE BENS OU DO ACESSO A BENS**

5.24. Não se aplica ao objeto de que trata este Estudo Técnico Preliminar.

### **OPÇÕES LOGÍSTICAS MENOS ONEROSAS À ADMINISTRAÇÃO**

5.25. A solução escolhida para atender à necessidade de que trata este Estudo Técnico Preliminar é a que se mostrou menos onerosa ao Ministério da Saúde.

## **6. Descrição da solução como um todo**

### **SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO/ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

6.1. A solução ideal é a contratação de empresa(s) especializada(s), tendo em vista que as condições do certame, assegurando atendimento aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da motivação, da eficiência e da competitividade.

6.2. A Contratada, em virtude da solução a ser empregada na execução do contrato, deverá alocar os insumos, materiais, EPIs e equipamentos necessários a atender o estabelecido no instrumento convocatório, bem como substituí-los conforme requisitos a serem estabelecidos do Termo de Referência da contratação.



6.3. No modelo proposto, os fornecedores poderão formular a melhor proposta com base em sua experiência, respeitando o preço máximo admitido, comprometendo-se a atender aos critérios do Termo de Referência, especialmente do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, não estando vinculados ou obrigados ao congelamento de metodologia, equipes, tecnologia ou insumos propostos;

6.4. A temática da natureza do objeto é a terceirização, locação de mão-de-obra especializada, qualificados e classificados como serviços de apoio administrativo, técnico e operacional.

6.5. Deste modo, as atividades de brigada de incêndio não envolvem tomada de decisão nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, não são estratégicas para o órgão, não são relacionadas ao poder de polícia e, além disso, os profissionais necessários para a execução dos serviços do objeto da contratação não constam no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

## MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.6. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.6.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

6.6.2. As solicitações de serviço serão geridas pelo servidor formalmente designado pela Administração.

6.6.3. As solicitações do subitem acima, serão providenciadas e acompanhadas pelo chefe de brigada ou supervisor seguindo as orientações do servidor formalmente designado pela Administração ou da Fiscalização do Contrato.

6.6.4. A prestação dos serviços não haverá interrupção, sendo a execução do serviço de brigada de prevenção e combate de incêndio 24 horas ao dia.

## HORÁRIO DE TRABALHO

6.7. Os horários da prestação de serviços para cada cargo serão os seguintes, salvo em casos excepcionais, com expressa solicitação do fiscal do contrato, sendo possível a compensação por meio do banco de horas.

- **Bombeiro Civil Mestre (6 horas):** de 7h às 13h;
- **Bombeiro Civil Líder Diurno (6 horas):** de 7h às 13h;
- **Bombeiro Civil Líder Diurno (12x36h):**a: de 07h às 19h, no período diurno;
- **Bombeiro Civil Diurno (12x36h):** de 07h às 19h, no período diurno;
- **Bombeiro Civil Noturno (12x36h):** 19h as 07h, no período noturno.

6.8. Os serviços de brigada serão prestados com jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, num total de 36 (trinta e seis) horas semanais, conforme artigo 5º da Lei n. 11.901, de 12 de janeiro de 2009.

## QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS E LOCAIS DE EXECUÇÃO

6.9. Na tabela abaixo constam os locais de execução, população fixa e flutuante, quantidade de postos e a classificação do risco de incêndio das unidades do MS, conforme Tabela 2, disposta na Nota Técnica nº 02/2016 - CBM-DF (Registro Sei nº 0045014670) e o anexo "A" da Norma Técnica nº 07/2011 (Registro Sei nº 0042179029):

Unidade	População Fixa	Grau de risco	Bombeiro Mestre (6 horas)	Bombeiro Líder (6 horas)	Bombeiro Líder (12x36)	Bombeiro Diurno (12x36)	Bombeiro Noturno (12x36)
Sede e Anexo	3.824	"A" Baixo	1	0	1	6	2
Bloco O	1.801	"A" Baixo	0	1	0	4	2
<b>Total</b>	<b>5.779</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>4</b>
<b>Total de postos:</b>	<b>17</b>						

<b>Total de pessoas</b>	<b>32</b>
-----------------------------	-----------

6.10. O dimensionamento da equipe de brigada de incêndio, detalhado na tabela acima, foi realizado em estrita conformidade com os critérios estabelecidos pela Norma Técnica nº 07/2011 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), Norma Técnica nº 07/2011 (Registro Sei nº 0042179029).

6.11. O cálculo foi realizado individualmente para cada complexo de edifícios, utilizando a tabela do "Anexo A - Dimensionamento da Brigada de Incêndio em edificações" da NT nº 07/2011, conforme memória de cálculo:

#### **6.12. Edifício Sede e Anexo:**

6.12.1. População Fixa: 3.824 pessoas;

Classificação de Risco: "A" Baixo.

6.12.2. De acordo com a tabela da NT nº 07/2011, para Risco "A" e uma população na faixa de **3.501 a 5.000 pessoas**, a composição da brigada é:

6.12.2.1. Supervisor (Mestre): 1;

6.12.2.2. Chefe (Líder): 1;

6.12.2.3. Brigadista Particular (Diurno): 6;

6.12.2.4 Brigadista Particular (Noturno): 2 (mínimo exigido para o período fora do horário de funcionamento).

6.12.3. Total para Sede e Anexo: 1 Mestre, 1 Líder, 6 Brigadistas Diurnos e 2 Noturnos.

#### **6.13. Bloco O:**

6.13.1. População Fixa: 1.801 pessoas;

6.13.2. Classificação de Risco: "A" Baixo.

6.13.3. De acordo com a tabela da NT nº 07/2011, para Risco "A" e uma população na faixa de **1.001 a 2.000 pessoas**, a composição da brigada é:

6.13.3.1. Supervisor (Mestre): 0;

6.13.3.2. Chefe (Líder): 1;

6.13.3.3. Brigadista Particular (Diurno): 4;

6.13.3.4. Brigadista Particular (Noturno): 2 (mínimo exigido para o período fora do horário de funcionamento).

6.13.4. Total para Bloco O: 1 Líder, 4 Brigadistas Diurnos e 2 Noturnos.

6.14. Conforme item 4.6.3.1 da NORMA TECNICA Nº 007/2011-CBMDF Brigada de Incêndio e a lei nº 4.204, DE 05 DE SETEMBRO DE 2008 §3º: "Deverá ser mantida na edificação, fora do horário comercial, pelo menos uma dupla de bombeiros particulares (brigadistas)."

6.15. Entendemos pelo disposto na legislação citada no parágrafo anterior que, além das quantidades de brigada necessárias por espaço, o trabalho exercido por esses profissionais deve ser executado sempre em dupla.

6.16. Os postos de "brigadista particular diurno" e "brigadista particular noturno" devem estar cobertos em período integral, de segunda a domingo, inclusive fora do horário comercial, durante os fins de semana e nos feriados, conforme legislação.

6.17. Para cumprir simultaneamente o dispositivo legal e a jornada de trabalho estabelecida no do art. 5 da lei 11.901/2009, as empresas participantes do pregão eletrônico deverão prever em sua planilha de custos as despesas da "cobertura das folgas" ou de "bombeiro plantonista noturno", se necessário, de forma a evitar a incidência de horas extras. Ficará a cargo da licitante prever em sua planilha de custos, as coberturas e eventuais horas excedentes, visando o cumprimento do art. 5 da lei 11.901/2009.

## **ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS**

6.18. A empresa contratada será responsável por disponibilizar e manter uma equipe técnica especializada de brigadistas profissionais, que deverão desempenhar as seguintes atividades essenciais:

### 6.18.1. Prevenção e Combate a Incêndios

- Inspeção periódica de extintores, hidrantes, sprinklers, alarmes e saídas de emergência;
- Monitoramento das áreas de risco e implementação de medidas preventivas;
- Identificação de irregularidades e proposição de ajustes para adequação à legislação vigente;
- Realização de testes periódicos nos equipamentos de combate a incêndio;
- Acompanhamento técnico de obras e reformas que possam impactar a segurança contra incêndios.

### 6.18.2. Evacuação de Áreas e Abandono de Edifícios

- Elaboração e atualização do Plano de Emergência Contra Incêndio;
- Realização de simulações de evacuação e treinamentos práticos;
- Implementação de sinalização emergencial conforme exigências normativas;
- Apoio à organização de rotas de fuga e controle do fluxo de evacuação.

### 6.18.3. Atendimento de Primeiros Socorros

- Atendimento imediato a acidentados, vítimas de mal súbito, desmaios e outras emergências médicas;
- Aplicação de técnicas de suporte básico de vida, incluindo o uso de desfibrilador externo automático (DEA);
- Imobilização de vítimas, realização de procedimentos de ressuscitação cardiopulmonar (RCP) e administração de oxigenoterapia;
- Acionamento e apoio ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e ao Corpo de Bombeiros.

### 6.18.4. Proteção ao Patrimônio e ao Meio Ambiente

- Contenção de incêndios para minimizar danos às instalações;
- Medidas de proteção ambiental para evitar contaminações decorrentes de incidentes;
- Apoio na análise pós-incidente para identificar causas e evitar recorrências.

## **REQUISITOS BÁSICOS DOS POSTOS**

### **6.19. Supervisor de Brigada - CBO 5103-05:**

6.19.1. Podem exercer a função de Supervisor de Brigada de Incêndio os profissionais com pós graduação na área de Segurança contra Incêndio e Pânico ou que possuam registro Geral no posto de Oficial, expedido pelos Corpos de Bombeiros de qualquer unidade da federação, desde que não estejam na ativa.

6.19.2. O Supervisor de Brigada de Incêndio deve ser credenciado junto ao CBMDF, nos termos da Norma Técnica nº 006 /2010 – CBMDF, ou outra que vier a substituí-la.

### **6.20. Chefe de Brigada (bombeiro civil líder) - CBO 5171-10:**

6.20.1. Profissional com formação técnica com especialização em prevenção de incêndio e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, em curso com carga horária superior a 1.000 horas/aula no conjunto dessas disciplinas, comprovada por meio de certificação expedida por instituição de ensino credenciada junto ao Ministério da Educação e Cultura - MEC.

6.20.2. Possuir certificado de conclusão de ensino médio. Possuir o credenciamento de Brigadista Particular, previsto na Norma Técnica 006/2010-CBMDF ou outra que vier a substituí-la, exceto os profissionais que possuírem registro Geral expedido pelos Corpos de Bombeiros de qualquer estado da Federação desde que não estejam na ativa.

#### **6.21. Brigadista Particular (Bombeiro civil) - CBO 5171-10:**

6.21.1. Profissional com formação e especialização em prevenção e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, em curso com carga horária superior a 150 horas/aula, no conjunto destas disciplinas, conforme Portaria 007/2011-CBMDF, ou que possuírem registro geral expedido pelos Corpos de Bombeiros de qualquer unidade da Federação desde que não estejam na ativa.

6.21.2. Possuir certificado de conclusão de ensino fundamental.

#### **6.22. Para todos os cargos:**

6.22.1. Idade mínima de 18 (dezoito) anos, com qualificação mínima, a ser comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

6.22.2. Certidão de quitação com as obrigações do Serviço Militar;

6.22.3. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;

6.22.4. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual;

6.22.5. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses, devendo ser renovada a cada 12 (doze) meses.

6.22.6. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de funcionários no quadro da empresa.

#### **6.23. Classificação Brasileira de Ocupação:**

6.23.1. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

<b>Categoria Profissional</b>	<b>Classificação Brasileira de Ocupação</b>
Bombeiro Civil (Brigadista Particular)	CBO - 5171-0
Bombeiro Civil Líder (Chefe de Brigada Diurno)	CBO - 5171-10
Bombeiro Civil Mestre (Supervisor de Brigada Diurno)	CBO - 5103-05

### **ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS**

#### **6.24. Atribuições da Brigada de Incêndio**

6.24.1. A atividade de brigada é aquela atividade exercida dentro dos limites do Ministério da Saúde e suas unidades, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio público desta Pasta.

6.24.2. Os Bombeiros Civis (Brigadistas) previnem situações de risco e executam salvamentos terrestres, aquáticos e em altura, protegendo pessoas e patrimônios de incêndios, explosões, vazamentos, afogamentos ou qualquer outra situação de emergência, com o objetivo de salvar e resgatar vidas; prestam primeiros socorros, verificando o estado da vítima para realizar o procedimento adequado; realizam cursos e campanhas educativas, formando e treinando equipes, brigadas e corpo voluntário de emergência.

#### **6.25. Atribuições do Bombeiro Civil Mestre (Supervisor de Brigada)**

6.25.1. Responsável pela organização, estrutura, coordenação, treinamento, elaboração dos relatórios, PPCI e supervisão das atividades da Brigada de Incêndio.

6.25.2. O Supervisor da Brigada de Incêndio é o responsável técnico pelas atividades da Brigada.

6.25.3. O Supervisor da Brigada de Incêndio deve elaborar o PPCI avaliando os riscos de incêndio específicos das edificações à exceção dos eventos classificados como atividade eventual que possuem legislação específica.

6.25.4. Ao Supervisor da Brigada de Incêndio cabe planejar e gerenciar as atribuições da Brigada, definidas no item 4.6 da Norma Técnica N° 007/2011-CBMDF.

## **6.26. Atribuições de Bombeiro Civil Líder (Chefe de Brigada)**

6.26.1. O Chefe da Brigada de Incêndio é o responsável por fazer a Brigada executar as suas atribuições definidas na NT 007/2011 CBMDF e no PPCI. Deve coordenar e atuar nas ações de emergência na edificação onde a Brigada de Incêndio atue, além de auxiliar o supervisor nas ações de prevenção contra incêndio e pânico, e demais atribuições. Ao Chefe da Brigada cabe:

- Executar o PPCI;
- Ser pontual a apresentar-se devidamente uniformizado;
- Comunicar imediatamente ao Contratante, Fiscal do Contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional para que sejam adotadas as providências necessárias;
- Manter afixado no posto, em local visível o número do telefone do Corpo de Bombeiro, dos responsáveis pela Administração e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades fim;
- Comunicar ao fiscal todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio do MS;
- Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho se agrupem com outros profissionais a fim de evitar conversa sobre assuntos que não digam respeito ao serviço;
- Verificação diária da apresentação pessoal dos profissionais alocados nos postos de serviço, em especial, quanto à higiene e o uso e apresentação do uniforme;
- Zelar para que o serviço transcorra sempre dentro da normalidade; Ouvir, receber e dar solução às reivindicações apresentadas pelos profissionais da Contratada e pelo gestor do contrato, procurando, sempre, dar-lhes o devido retorno;
- Acompanhamento, fiscalização e orientação dos brigadistas quanto ao uso correto do uniforme e dos equipamentos obrigatórios, promovendo, junto à contratada, a substituição do vestiário e equipamentos desgastados ou danificados, com reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias;
- Encaminhar, sempre que solicitado pela Fiscalização do CONTRATANTE, as informações referentes à prestação de serviços, tais como: relatórios, cópias de livros, formulários, controles, ocorrências, cronograma e material referentes aos cursos realizados, controle dos postos, dados atualizados dos brigadistas, coberturas, bem como as anotações individuais e outras informações necessárias ao cumprimento contratual;
- Proceder às necessárias advertências, bem como à devolução à CONTRATADA do profissional que não atender às recomendações, cometer atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitar os superiores, não acatar as ordens recebidas, ou não cumprir suas obrigações;
- Acompanhar, fiscalizar e orientar o correto uso dos uniformes e equipamentos, providenciando a substituição de peças desgastadas ou que já não apresentem condições favoráveis ao uso, assim como a reposição, de acordo com os prazos estabelecidos;
- Assegurar o perfeito funcionamento do sistema de registro eletrônico de frequência dos profissionais;
- Fazer a conferência e o encaminhamento mensal do controle de frequência eletrônica;
- Atualização de toda a documentação sob sua responsabilidade;
- Assegurar para que não haja atritos com servidores, visitantes e autoridades desde Órgão, buscando sempre esclarecimentos e orientação do gestor do contrato;
- Verificação diária dos preventivos fixos e moveis, providenciando a substituição e/ou encaminhando dos preventivos móveis (extintores) para as manutenções de níveis 1, 2 e 3 conforme a necessidade;
- Solucionar, imediatamente, os problemas de faltas, atrasos, dispensas médicas e outros;
- Estar atento ao horário de saída e chegada dos profissionais;
- Providenciar a entrega completa dos uniformes dos brigadistas.
- Assegurar o fiel cumprimento de execução dos serviços.

## **6.27. Atribuições da Brigada Particular (Bombeiro Civil)**

6.27.1. A prestação dos serviços de brigada de incêndio pelos profissionais da Brigada Particular durante suas rotinas de trabalho tem por atribuição executar ações de prevenção e emergência nas edificações:

### **6.27.2. São ações de prevenção:**

- Programar e propor alterações, quando necessário, ao PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico;
- Fazer rondas periódicas nos ambientes do local de atuação;
- Identificar os riscos de incêndio e pânico existentes no local da atuação;
- Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente;
- Definir os procedimentos para a população em caso de sinistros e exercícios simulados;
- Treinar periodicamente a população para o abandono da edificação, quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de emergência, por meio de exercícios simulados, palestras, estágios, cursos etc.;
- Inspeccionar periodicamente os sistemas de proteção contra incêndio e pânico, em especial as saídas de emergência, bem como solicitar da área responsável manutenção dos sistemas preventivos que estiverem inoperantes;
- Conhecer o funcionamento e saber operar os sistemas de proteção contra incêndio e pânico existentes no local da atuação;
- Verificar se os funcionários das empresas particulares que atuam nas dependências da edificação estão portando os EPI's requeridos na atividade e comunicar ao setor competente, caso não estejam usando;
- Verificação dos ambientes de copas e cozinhas, (funcionamento de tomadas, botijões de gás, respectivas mangueiras e registros, fornos de micro-ondas, máquinas de fazer café e demais equipamentos elétricos);
- Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da segurança.
- Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- Preencher relatório da vistoria diária e encaminhá-lo ao Chefe do Serviço de Brigada;
- Testar periodicamente os equipamentos e sistemas de detecção a incêndio;
- Manter sempre atualizadas as rotinas de emergência para caso de sinistro;
- Fornecer as informações necessárias à manutenção dos sistemas preventivos de acordo com as normas pertinentes;
- Evitar confronto de qualquer natureza, entre os profissionais alocados nos postos de trabalho e visitantes, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações com a fiscalização do Contratante;
- Registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia e informar-se das ocorrências do plantão anterior;
- Operar, sempre que o necessário e de forma adequada, os equipamentos de radiocomunicação ou sistemas disponíveis para a execução do serviço;
- Receber e passar o serviço, citando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- Levar ao conhecimento do chefe de brigada, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- Conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda;
- Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao Serviço de Vigilância, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito.
- Elaborar relatório mensal das atividades prestadas, apontando as irregularidades encontradas nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico, riscos identificados, emergências atendidas, exercícios simulados, treinamentos e etc..

### **6.27.3. Ações de emergência:**

- Identificação da situação de emergência;
- Auxiliar a população no abandono da edificação, adotando as técnicas de abandono de área;
- Acionar imediatamente o CBMDF, independentemente de análise de situação;
- Verificar a transmissão do alarme aos ocupantes;
- Combater os incêndios em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de extintores ou mangueiras de incêndio da própria edificação e onde não haja a necessidade de uso de equipamentos de proteção individuais específicos (equipamentos autônomos de proteção respiratória, capas de aproximação etc.);
- Atuar no controle de pânico;
- Prestar os primeiros socorros a feridos;
- Realizar a retirada de materiais para reduzir as perdas patrimoniais devido a sinistro;
- Estar sempre em condições de auxiliar o CBMDF, por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais sobre o evento bem como, promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança e ao PPCI.

6.27.4. A equipe de brigada deverá prestar os primeiros socorros a feridos nas unidades do MS nas situações de emergência e sempre que necessário ou demandado pela Administração.

### **6.27.5. Além das atividades descritas acima, devem ainda ser observadas as ações:**

- Realizar vistorias periódicas em todos os dispositivos perceptivos de combate a incêndio, como alarmes, portas corta fogo, extintores etc.;
- Realizar os primeiros-socorros e resgate de vítimas, e acompanhamento até a chegada do CBMDF;
- Prestar suporte ao CBMDF nas situações e atividades realizadas nas dependências do edifício;
- Conhecer todas as vias de escape da edificação pelas quais as pessoas possam sair rapidamente em situações de emergência;
- Conhecer a localização de todos os equipamentos de proteção contra incêndio (sistemas de alarme, extintores, hidrantes, detectores de fumaça etc.);
- Agir rápida e energeticamente em situações de emergência;
- Realização de treinamento prático de noções contra incêndio para todos os ocupantes dos prédios, inclusive quanto à operação de extintores;
- Inspeção de todos os setores ao término do expediente, verificando se todos os equipamentos foram desligados, luzes apagadas e lixeiras esvaziadas;
- Elaborar Plano de Combate e Abandono;
- Elaborar relatório das irregularidades encontradas nos sistemas preventivos com apresentação de sugestões para melhoria das condições de segurança;
- Acompanhar quando da execução dos testes nos sistemas instalados (rede de hidrantes, extintores, sprinklers, força e iluminação de emergência). Após a execução desses testes, deverá ser elaborado Laudo Técnico dos resultados, informando sobre as condições de uso dos sistemas testados.
- Atender ao plano de emergência da empresa, elaborada por profissional habilitado ou empresa especializada;
- Proceder as demais providências preventivas e corretivas determinadas pela Administração predial, por Órgãos de Segurança e da Medicina do trabalho, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;

6.27.6. Deverão ser observadas como periodicidades mínimas de cada procedimento a ser adotado pela Brigada de Incêndio o estabelecido abaixo, sem prejuízo de outros procedimentos comuns da área, de modo a garantir a efetiva prevenção de riscos.

#### **6.27.7. Exercícios Simulados**

6.27.8. Os exercícios simulados devem ser realizados no mínimo anualmente, na edificação com a participação de toda população;

6.27.9. O exercício simulado objetiva treinar a brigada de incêndio de suas atribuições como também adestrar a população para esta situação;

6.27.10. O exercício simulado permite avaliar a brigada e a condição de segurança contra incêndio e pânico da edificação devendo ser elaborado relatório, pelo supervisor da brigada de incêndio, contendo no mínimo:

- Dia e horário do evento;
- Tempo gasto no abandono;
- Tempo gasto no retorno;
- Tempo gasto no atendimento de primeiros socorros;
- Desempenho da brigada de incêndio;
- Grau de conhecimento do PPCI (Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico);
- Eficiência na utilização dos sistemas de proteção;
- Condição física para o desempenho das atribuições;
- Controle emocional;
- Liderança e condução da população ao local seguro (ponto de reunião);
- Cooperação com o Corpo de Bombeiros, Polícia, Defesa Civil, etc.;
- Comportamento da população;
- Tempo de chegada do Corpo de Bombeiros;
- Falhas dos Sistemas de proteção e outros equipamentos;
- Dificuldades para abandono da edificação;
- Falhas operacionais da Brigada de Incêndio;
- Outros identificados pela Brigada de Incêndio;
- Execução de Plano de Auxílio Mútuo- PAM (Auxílio Externo).

#### **6.27.11. Plano de Prevenção contra Incêndio e Pânico (PPCI)**

6.27.12. Toda edificação ou complexo de edificações que tenha obrigatoriedade de instalar brigada de incêndio deverá possuir PPCI atualizado, conforme modelo da Norma Técnica n° 007/2011-CBMDF, anexo H.

6.27.13. O responsável pela elaboração, implementação, gerenciamento e coordenação do PPCI para a edificação é o supervisor da Brigada de Incêndio, o qual deve enviar cópia ao Diretor do Departamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico no prazo de 30 (trinta) dias úteis a partir do início das atividades da Brigada de Incêndio na edificação ou complexo de edificações, sujeito a sanções previstas na Lei nº 2747 de 20 de junho de 2001, em caso de descumprimento; (item 4.8.2 da Norma Técnica nº 007/2011-CBMDF).

6.27.14. A contratada deverá executar o PPCI em exercício simulado parcial e um total a cada 12 meses com a obrigação de mantê-lo atualizado junto ao corpo de bombeiros.

6.27.15. A Diretoria de Serviços Técnicos deve avaliar o PPCI verificando a pertinência e relevância das informações apresentadas com base na legislação vigente, propondo alterações, se for o caso.

6.27.16. A Contratada após submeter o PPCI à avaliação da DST deve encaminhar cópia ao gestor do contrato e ao quartel do Corpo de Bombeiros da área para conhecimento e atuação conjunta em simulados.

#### **6.27.17. O PPCI deve conter no mínimo:**

- Dados da edificação (endereço, destinação, área total construída, altura, população fixa e flutuante e quartel de bombeiros mais próximo);
- Dados da prestadora do serviço de Brigada de Incêndio, se for o caso (razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço, telefone, nº CRD);
- Composição da brigada de incêndio (nome e CPF do supervisor e do chefe da brigada, quantidade total e por turno de brigadistas e voluntários, turnos de serviços);
- Recursos disponíveis (sistemas de proteção contra incêndio e pânico da edificação, meios de comunicação, equipamentos de proteção e outros materiais);
- Sistemas contra incêndio e pânico, descrevendo o sistema, instalações, operação, quantidade de equipamentos, manutenção em cada pavimento ( ver Art. 9º do Regulamento de Segurança Contra Incêndio – Dec. 21361/2000;
- Procedimentos em situação de emergência para cada situação de risco identificado (incêndio, pânico, emergência médicas, ações terroristas, etc.) definido claramente os procedimentos e as responsabilidades de cada membro da brigada de incêndio sobre ações de emergências a serem adotadas em cada caso;
- Ações de prevenção (rotina de trabalho, atribuições dos membros da brigada, itens a serem inspecionados nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico, palestras, cursos e programas de treinamento da população e dos membros da brigada e execução de exercícios simulados);
- Plantas e croquis indicando as fontes de risco com círculos vermelhos e as rotas com setas verdes de cada pavimento, localizar a sala da brigada, os pontos de formação e os principais sistemas de proteção (extintores, hidrantes, registro de recalque, RTI, central de alarme, acionadores manuais, VGA dos chuveiros automáticos, Central de GLP etc.), apresentando planta de situação contendo a edificação, o Quartel de Corpo de Bombeiros mais próximo e indicando as vias de acesso e os hidrantes urbanos mais próximos;
- Proposta de fluxograma dos procedimentos de emergência da brigada de incêndio.

#### **6.28. Relatório das Atividades Prestadas**

6.28.1. A Brigada de Incêndio deve elaborar relatórios semanal, mensal, semestral e anual das atividades executadas, disponibilizando-os em seus locais de atuação, para fiscalização do CBMDF e do gestor do contrato e enviados para os fiscais do contrato.

6.28.2. O responsável pela elaboração dos relatórios das atividades prestadas é a Contratada.

6.28.3. O relatório das atividades prestadas mensalmente pela brigada de incêndio nas edificações deve conter:

- Avaliação dos sistemas de proteção contra incêndio e pânico;
- As irregularidades encontradas e as manutenções requeridas e realizadas nos sistemas;
- Os riscos identificados;
- As emergências atendidas;
- Os exercícios simulados;
- Os treinamentos;
- As palestras e outras atividades que julgar pertinentes.
- A execução dos serviços será iniciada na data prevista no Termo de Contrato na forma descrita acima.



## UNIFORMES

6.29. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

6.30. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

UNIFORME - BOMBEIRO CIVIL (Feminino / Masculino)				
Item	Descrição	Especificações	Qtd Semestral	Qtd Anual
1	Gandola	Tecido "Rip-Stop" padrão estipulado pelo CBMDF, faixas reflexivas, e no bolso do lado esquerdo a logo da empresa, acimado bolso direito o nome e o tipo sanguíneo.	1	2
2	Calça	Tecido "Rip-Stop" padrão estipulado pelo CBMDF.	1	2
3	Cinto	Confeccionado em poliéster, com fivela e ponteira prata.	0	1
4	Camiseta	Camiseta na cor aprovada pelo CBMDF para a Contratada, em tecido de malha fria, estampado nas costas em vermelho o nome Bombeiro Civil em meia lua, na frente no peito do lado esquerdo a logomarca da empresa e no lado direito o nome e o tipo sanguíneo do profissional.	1	2
5	Coturno	Cabedal em couro nobuk hidrofugado, espessura de 2mm, dublado com tecido de poliéster impermeável e colarinho decouro pelica; forração interna de acrílico automotivo, com isolamento térmico em EVA; reforço interno de material termoplástico leve e resistente, no bico e calcanhar; solado de borracha maciço, vulcanizado ao cabedal, resistente à corrente elétrica; Vedaçãoresistente à água ou 100% impermeável. kallucci, Guartelar, Atalaia ou similar.	0	1
6	Meia	Confeccionada em algodão e lycra.	2	4
7	Bombachas	Elástico.	1	2
8	Jaqueta	Blusão ¾ com fechamento frontal em zíper e velcro, em material antichama. Mangas tipo raglã com fole interno, bolso inferior e cabedal para o polegar.	1	2

6.31. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

6.32. Deverão ser entregues 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

6.33. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

6.33. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

6.34. Os uniformes serão fornecidos aos funcionários anualmente e mediante recibo em 02 (duas) vias, sendo uma para o empregador e outra para o empregado, conforme tabela abaixo, sem ônus ao trabalhador conforme art. 6º, parágrafo I, Lei 11.901 /09.

6.35. Os uniformes deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano e de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

6.36. Todos os itens do uniforme devem ser de primeiro uso e ter corte adequado ao usuário, especialmente quanto ao tamanho e ao modelo (feminino ou masculino);

6.37. Ficam os empregadores obrigados a se adaptarem a um modelo único de uniforme com os dizeres nas costas bordado com o nome "BOMBEIRO CIVIL" na horizontal conforme a Lei nº 11.901/09, faixas refletivas, e no bolso do lado esquerdo a logo da empresa, acima do bolso direito o nome e a tipagem sanguínea, no braço direito o velcro onde será fixado o nome órgão onde o funcionário estiver lotado. Acamiseta terá estampado nas costas o nome "Bombeiro Civil" em meia-lua, na frente no peito do lado esquerdo a logomarca da empresa e no lado direito o nome e a tipagem sanguínea, no braço direito a estampa do órgão.

6.38. Os uniformes deverão ser fornecidos a todos os funcionários em até 30 (trinta) dias úteis corridos da data do início da prestação dos serviços e deverão ser entregues mediante recibo (relação nominal), cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da entrega.

6.39. As despesas com o fornecimento dos uniformes serão exclusivamente da CONTRATADA, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de serviço.

6.40. O profissional será responsável pelo zelo do uniforme, quanto a sua lavagem e conservação.

6.41. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, observando os padrões, eficiência e higiene recomendáveis nos termos do item 4.10 da Norma Técnica nº 007/2011 do CBMDF, com a devida aprovação exigida no item 4.10.8 da norma.

6.42. O uniforme do Brigadista Particular deverá conter:

- Razão social ou nome de fantasia da empresa;
- Plaqueta de identificação (crachá) do Brigadista Particular (Bombeiro Civil), autenticada pela empresa, com validade de 06 (seis) meses, constando o nome e fotografia colorida em tamanho 3X4;
- Descrição “Brigadista (Bombeiro Civil)” na parte posterior do uniforme;
- Identificação do local onde presta serviço a fim de facilitar a ação do agente fiscalizador do Corpo de Bombeiros, bem como evitar qualquer equívoco por parte da sociedade e autoridade do DF., por possível semelhança com os uniformes do Corpo de Bombeiro Militar;

6.43. O uniforme do Brigadista Particular (Bombeiro Civil) deve ser aprovado e registrado na Diretoria de Serviços Técnicos (CBMDF) antes de sua utilização.

6.44. Não será permitida a fixação de quaisquer brevês, insígnias, medalhas ou congêneres no uniforme do Brigadista Particular (Bombeiro Civil);

6.45. Os brigadistas particulares (Bombeiro Civil) desenvolverão suas atividades uniformizados, a fim de serem facilmente identificados.

6.46. O uniforme do brigadista particular (Bombeiro Civil) deverá ser diferente em padrões de cores, formato, acabamento, bolsos, pregas, reforço, costuras e acessórios dos uniformes usados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e por outras forças militares ou policiais, no âmbito federal, estadual ou municipal.

6.47. Os uniformes dos brigadistas particulares (Bombeiro Civil) utilizados nas Brigadas de Incêndio próprias ou pelas prestadoras de serviço de Brigada de Incêndio devem ser distintos entre si.

6.48. Não haverá a obrigatoriedade de uniforme para o supervisor.

## **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

6.49. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

## **6.50. EQUIPAMENTOS RELÓGIO DE PONTO**

6.50.1. A Contratada deverá fornecer e instalar na sede do Contratante 1 (um) relógio de controle de ponto biométrico, conforme especificações constantes na Portaria no 1.510/2009 – MTE, sem ônus adicional para o contratante, em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato – na Unidade do Ministério da Saúde que a fiscalização do contrato indicar;

6.50.2. A instalação do relógio de ponto deve ser agendada, previamente, com a fiscalização do contrato;

6.50.3. Nas unidades onde o número de colaboradores é inferior a 10 (dez) pessoas, não se faz necessária a implantação de ponto eletrônico.

6.50.4. O sistema deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados dos postos de trabalho, permitindo à Fiscalização do Contratante o acesso aos respectivos dados;

6.50.5. Os empregados da Contratada deverão registrar no sistema eletrônico indicado no item anterior os horários de início e término de sua jornada de trabalho, bem assim os intervalos para repouso e alimentação. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o quantitativo mensal de horas de funcionamento de cada posto de trabalho;

6.50.6. A instalação do sistema eletrônico de controle de frequência não exime a Contratada da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos empregados alocados na prestação dos serviços;

6.50.7. O resultado da aferição do controle de frequência adotado pela empresa também será utilizado pelo Ministério da Saúde, para cruzamento de informações com os instrumentos de controle adotados pela Fiscalização/Gestão do contrato, quanto à atestação dos serviços executados mensalmente;

EQUIPAMENTOS RELÓGIO DE PONTO		
Item	Quantidade	Especificação
Relógio de Ponto	1	Relógio de ponto material abs injetado, mostrador digital, tipo biométrico e leitor de código de barras, tipo impressão impressora Térmica, características adicionais no-break interno, alimentação 110/200 v, atender a portaria 1,510 do tem e 595/2013 do Inmetro.

6.50.8. Deverá ser instalado e estar operando na Unidade Sede/Anexo, do início ao fim da execução do contrato. O aparelho de ponto deverá estar em conformidade com a legislação.

#### 6.51. RELAÇÃO EQUIPAMENTOS E EPI's

RELAÇÃO EQUIPAMENTOS E EPI's					
Item	Especificação	Critério de Distribuição	Unidade de Medida	Prédio/Postos/Mão Obra*	Qtd. Total (Fornecimento Único)
1	Capa de chuva plástica, impermeável, em PVC forrado ou forro em trevira, na cor laranja, com capuz e manga comum, botões de pressão em metal ou plástico, com costuras reforçadas nas áreas de maior tensão e comprimento abaixo dos joelhos. Deverá possuir faixa refletiva na altura das costas, tórax e punhos (com dimensão de 2 a 4cm), tamanho extra grande.	1	Unidade	Mão de Obra	32
2	Capacetes tipo F2 resgate bombeiro capacete de segurança	1	Unidade	Posto	17
3	Cinturão segurança paraquedista	2	Unidade	Prédio	6
4	Corda Nr18 Tipo Bombeiro 12mm Em Poliamida Bobina (metro)	30	Metro	Prédio	90
5	Lanterna de cabeça 300 W 840 lumens LED recarregável	2	Unidade	Prédio	6
6	Luvas confeccionada em vaqueta de alta qualidade e resistência à abrasão, com costura reforçada cobrindo toda a palma da mão, da parte interna do polegar até a falange proximal do dedo indicador em tecido antichama, devendo possuir regulagem em velcro no punho, não podendo este ser maior que 10 nem menor que 6 centímetros.	1	Par	Mão de Obra	32
7	Luvas de alta tensão confeccionadas em material isolante elétrico para trabalho em locais energizados, punho longo, com resistência mínima de 20.000 volts, para tensão de teste de 20KN e corrente de fuga máxima de 8000 amperes, tensão mínima de perfuração 30KV. Tamanho grande.	2	Par	Prédio	6
8	Machado Arrombador para Bombeiro	2	Unidade	Prédio	6
9	Máscara face shield	1	Unidade	Mão de Obra	32
10	Megafone SK-66S com Sirene e Manopla Fabricante CSR	2	Unidade	Prédio	6
11	Pé de cabra 80cm liso fs	1	Unidade	Prédio	3
	Radio DTR 620 (entre postos e supervisor) + 1 para o fiscal do				

12	contrato. Desbloqueado com 100 a 999 Mhz, com no mínimo 5 watts de potencia, com alcance mínimo de 4 (quatro) km em áreas edificadas, com carregador individual e fones de ouvido.	1	Unidade	Posto	17
13	Tesoura de corte vergalhão 30 tipo alicate	1	Unidade	Prédio	3

6.51.1. Para o cálculo da depreciação de equipamentos, deverá, obrigatoriamente ser adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%. Assim, Depreciação Mensal =  $[\text{Valor total dos equipamentos} \times (1,00 - 0,20)] / (12 \times 5)$ .

6.51.2. Os equipamentos e/ou materiais permanentes serão de propriedade da empresa e deverão ser disponibilizados para a prestação dos serviços, sendo os custos expressados na planilha e custos e formação de preços por meio do valor de depreciação. O custo desses equipamentos e materiais a ser incorporado na planilha, deve considerar que esses insumos são de propriedade da empresa contratada e que, após o encerramento do contrato serão retirados. Desse modo, para o cálculo desse custo deve ser considerado o período de vida útil dos equipamentos/materiais e o valor/percentual residual. Portanto, a Administração não paga o preço integral de eventual equipamento à empresa contratada, mas somente o custo da depreciação desse bem durante a vigência do contrato. Para o cálculo da depreciação de equipamentos, deverá, obrigatoriamente ser adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%. Assim: Depreciação Mensal =  $[\text{Valor total dos equipamentos} \times (1,00 - 0,20)] / (12 \times 5)$ .

6.51.3. A contratada deverá disponibilizar de 01 (um) rádio transmissor para a DIFMEX, área de fiscalização do contrato, que será usado exclusivamente para comunicação em casos de emergências.

#### **6.52. RELAÇÃO EQUIPAMENTOS PRIMEIROS SOCORROS**

RELAÇÃO INSUMOS PRIMEIROS SOCORROS								
Grupo (cfe. periodicidade de fornecimento)	Sequência Geral	Sequência Grupo	Especificação	Critério de Distribuição	Identificadores de Quantidade		Qtd. Total	
					Unidade de Medida	Prédio/ Postos/ Mão Obra*		
	1	1	Álcool Gel a 70% 500 ml	4	Frasco 500ml	Prédio	3	12
	2	2	Álcool etílico a 70% P/V, para superfícies fixas, antissepsia da pele em procedimentos de médio e baixo risco, com validade de 24 meses, apresentação em frasco de 1000 ml.	4	Frasco 1000ml	Prédio	3	12
	3	3	Ataduras de Crepe (20cmx 1,80cm)	4	Rolo	Prédio	3	12
	4	4	Bandagens triangulares (142 cm x 100 cm x 100 cm)	2	Unidade	Prédio	3	6
	5	5	Compressas de gaze 08(oito) dobras (7,50cm x 7,50cm)	4	Pacote 10 unidades	Prédio	3	12
			Compressas de gaze					

MENSAL	6	6	esterilizadas (10cm x 15cm)	4	Unidade	Prédio	3	12
	7	7	Esparadrapo impermeável, confeccionado em tecido apropriado, cor branca, medindo 100cm x 4,5m, com flexibilidade suficiente para adaptar-se às dobras da pele sem que ocorra excessiva pressão ou fácil desprendimento, remoção sem deixar resíduos ou manchas na superfície, enrolado em carretel plástico.	1	Rolo 4,5 m	Prédio	3	3
	8	8	Fita adesiva (hospitalar) 19mmx 50m	1	Rolo de 50m	Prédio	3	3
	9	9	Fita zebrada plástica utilizada para isolamento em áreas de acidente nas cores amarela e preta, 07 cm x 200m.	2	rolo 200m	Prédio	3	6
	10	10	Luvas de procedimento, socorrista	1	Caixa 100 unidades	Prédio	3	3
	11	11	Mascara semi-facial, tipo procedimento, descartável, socorrista	1	Caixa 100 unidades	Prédio	3	3
	12	12	Soro fisiológico de 500ml	2	Frasco 500ml	Prédio	3	6
	13	1	Plástico protetor de queimaduras e eviscerações (01m x 01m)	10	Unidade	Prédio	3	30
	14	2	MOLLE Utilitário Bolsa Médica Kit de primeiros socorros	1	Unidade	mão de obra	32	32
	15	3	Óculos de segurança, socorrista uso individual	1	Unidade	mão de obra	32	32

ANUAL	16	4	Talas moldáveis grandes (86 cm x 10 cm x 02 cm)	3	Unidade	Prédio	3	9
	17	5	Talas moldáveis medias (63 cm x 09 cm x 02 cm)	3	Unidade	Prédio	3	9
	18	6	Talas moldáveis pequenas (30 cm x 08 cm x 02 cm)	3	Unidade	Prédio	3	9
	19	7	Termômetro de Testa digital	2	Unidade	Prédio	3	6
ÚNICO	20	1	Aparelho de pressão digital automático G-TECH	1	Unidade	Prédio	3	3
	21	2	Bolsa de procedimentos (Socorrista) para transporte dos materiais, confeccionada em nylon resistente, estofada, nas cores padrão azul ou laranja.	1	Unidade	Prédio	3	3
	22	3	Bolsa Térmica em gel para pequena compressa quente e fria	1	Unidade	Prédio	3	3
	23	4	Cadeira de rodas	1	Unidade	1 por Prédio porém o Anexo contará com 2 unidades em virtude dos atendimentos da CAP	4	4
	24	5	Colar cervical de cada tamanho padronizado grande	1	Unidade	Prédio	3	3
	25	6	Colar cervical de cada tamanho padronizado médio	1	Unidade	Prédio	3	3
	26	7	Colar cervical de cada tamanho padronizado pequeno	1	Unidade	Prédio	3	3

	27	8	Colar cervical, confeccionado em polipropileno, suporte adaptável a qualquer forma e tamanho Infantil.	1	Unidade	1 por Prédio porém o Anexo contará com 2 unidades em virtude da creche	4	4
	28	9	Desfibrilador semiautomático EXT DEA LIFELINE	1	Unidade	Prédio	3	3
	29	10	Maca Hospitalar 1.80 cm x 0.60 cm x 0.80 cm (Sede/Anexo)	1	Unidade	Prédio	3	3
	30	11	Prancha longa de madeira ou material de similar resistência (190 cm x 45 cm),	1	Unidade	Prédio	3	3
	31	12	Ressuscitador manual (ambu) ou máscara de ressuscitação para ventilação artificial (adulto e Criança)	1	Unidade	Prédio	3	3
	32	13	Tesoura de ponta romba aço inoxidável - 15cm	1	Unidade	Prédio	3	3
Somatório valores mensais de insumos de Primeiros Socorros por Funcionário								
Prédio (considerados as unidades do MS: Sede, Anexo, Bloco O):					3			
Mão de obra (quantidade de prestadores de serviço do contrato):					32			
Postos (quantidade de postos do contrato):					17			
O grupo "FORNECIMENTO ÚNICO*" tem previsão de fornecimento apenas uma vez na contratação, no início da prestação dos serviços; Os grupos "Mensal" e "Anual" tem periodicidade de fornecimento conforme caracterizado pela própria denominação.								

6.52.1. A empresa deverá fornecer e repor todos os equipamentos, EPIs, equipamentos de primeiros socorros e materiais de escritório necessários para o desenvolvimento das atividades diárias.

6.52.2. Os equipamentos, EPIs, equipamentos de primeiros socorros e materiais de escritório deverão ser substituídos, sem ônus para o Ministério da Saúde; sempre que necessário, seja por desgaste natural ou defeito que impossibilite sua perfeita utilização ou por extravio ficando a CONTRATADA responsável pela guarda de seus equipamentos e de suas ferramentas;

### 6.53. Justificativa para as exigências de qualificação técnica e econômica

6.53.1. A exigência de comprovação de aptidão técnica está prevista no art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e tem por finalidade assegurar que a empresa a ser contratada possua experiência comprovada na execução de serviços compatíveis com o objeto, especialmente aqueles inerentes às atividades de brigada de incêndio, prevenção de riscos, primeiros socorros e atendimento a situações de emergência.

6.53.2. Os serviços de brigadista possuem natureza essencial e estratégica, por estarem diretamente relacionados à proteção da vida, da integridade física das pessoas, à segurança das instalações e à preservação do patrimônio público. Os profissionais atuam de forma permanente na prevenção e no combate a incêndios, no controle de pânico e no atendimento inicial em situações emergenciais, sendo indispensáveis à segurança vital dos ocupantes do edifício.

6.53.3. Considerando que as atividades desempenhadas envolvem risco elevado e demandam atuação imediata, técnica e precisa, em cenários críticos e imprevisíveis, torna-se imprescindível que a empresa contratada possua experiência prévia comprovada na execução de serviços similares, de modo a reduzir falhas operacionais, mitigar riscos e assegurar respostas eficazes em situações de emergência.

6.53.4. A exigência de qualificação técnica visa, ainda, garantir que a empresa detenha capacidade operacional, estrutura organizacional, recursos humanos qualificados e logística adequada para manter a prestação dos serviços de forma contínua e ininterrupta, evitando a descontinuidade de atividade essencial e eventuais prejuízos à segurança dos usuários das instalações.

6.53.5. Os requisitos também se destinam a assegurar que a empresa possua conhecimento e capacidade para cumprir os padrões de comportamento profissional, sigilo, postura, apresentação pessoal e pontualidade exigidos para atuação em ambiente institucional, especialmente em espaços ocupados por autoridades, servidores, colaboradores e público externo.

6.53.6. A exigência de qualificação econômico-financeira encontra amparo no art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e objetiva avaliar a capacidade da empresa para suportar os encargos contratuais, sobretudo em contratos com: dedicação exclusiva de mão de obra; obrigações trabalhistas e previdenciárias recorrentes e risco de inadimplemento com impacto direto na continuidade do serviço.

6.53.7. Empresas prestadoras desse tipo de serviço devem apresentar sustentabilidade financeira compatível com a obrigação de pagar salários, benefícios, encargos sociais e substituir trabalhadores ausentes. A ausência de saúde financeira pode levar à interrupção do serviço, passivos trabalhistas e até à responsabilização subsidiária da Administração Pública.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

### **Metodologia/Memória de Cálculo do Quantitativo Estimado**

7.1. Registra-se que a quantificação dos postos é baseada em normas do CBMDF, que definem o escalonamento de riscos prediais, conforme as ocupações e usos, e da composição mínima de brigada de incêndio.

7.2. Os quantitativos de postos e a utilização de Bombeiro Civil foram definidos a partir do levantamento da população fixa (servidores, funcionários terceirizados e colaboradores) em cada unidade, e também considerando o grau de risco de incêndio e peculiaridades nas edificações do Sede e Anexo, e Bloco O do Ministério da Saúde.

7.3. Em relação ao grau de risco de incêndio das edificações do Ministério da Saúde, foi observado a Tabela 2, do Anexo A - da Norma Técnica Nº 02/2016-CBMDF - Classificação do risco de incêndio de acordo com as ocupações e usos, aprovada pelo Conselho do Sistema de Engenharia de Segurança Contra Incêndio e Pânico do CBMDF (SEI 0045014685), conforme imagem abaixo:



Tabela 2 - Classificação do risco de incêndio de acordo com as ocupações e usos					
Ocupação/uso <sup>1,2</sup>	Risco				
	Baixo	Médio		Alto	
	A	B-1	B-2	C-1	C-2
Residenciais	-casas térreas e assobradadas, isoladas ou não; -condomínios horizontais de residências unifamiliares; -condomínios verticais de apartamentos.	-	-	-	-
Transitórias	-conventos; -mosteiros.	-albergues; -alojamentos; -casa de cômodos; -hotéis; -internatos; -motéis; -pensionatos; -pousadas.	-apart-hotéis; -flats; -hotéis e assemelhados com cozinha própria; -hotéis residenciais.	-	-
Comerciais	-comércio com área até 750 m <sup>2</sup> , e:  -armazinhos; -butiques; -drogarias; -mercearias; -frutarias; -sacolões; -açougues; -tabacarias; -restaurantes, e bares sem concentração de público.	-comércio com área entre 750 m <sup>2</sup> e 1000 m <sup>2</sup> , e:  -edifícios de lojas; -galerias comerciais; -lojas de departamento; -magazines; -mercados e supermercados; -padarias.	-comércio com área superior a 1000 m <sup>2</sup> , e:  -centros comerciais; -feiras permanentes; -hipermercados; -loja de armas e munições; -loja de colchões; -marcenarias; -madeireiras; -shopping centers.	-	-

Serviços profissionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>-agências bancárias;</li> <li>-agências de correios;</li> <li>-barbearias;</li> <li>-cabeleireiros;</li> <li>-cartórios;</li> <li>-centros profissionais;</li> <li>-chaveiros;</li> <li>-escritórios administrativos e técnicos;</li> <li>-laboratório de análises clínicas;</li> <li>-instituições financeiras;</li> <li>-postos policiais;</li> <li>-quartéis.</li> <li>-repartições públicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-assistência técnica, reparação e manutenção de aparelho eletrodoméstico;</li> <li>-centro de processamento de dados;</li> <li>-estúdios de rádio;</li> <li>-gravação de áudio;</li> <li>-laboratórios técnico-científicos;</li> <li>-pintura de letreiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-almoxarifados;</li> <li>-centrais de polícia;</li> <li>-clínicas radiológicas;</li> <li>-clínicas de radioterapia;</li> <li>-delegacias;</li> <li>-estúdios de gravação de imagem;</li> <li>-estofamento de móveis;</li> <li>-estúdios de cinema e televisão;</li> <li>-laboratórios de análises radiológicas;</li> <li>-lavanderias a seco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-aplicação de líquidos inflamáveis;</li> <li>-limpeza com solventes;</li> <li>-pintura e envernizamento por imersão;</li> <li>-pintura por fluorcoating.</li> </ul>	-
Escolares	<ul style="list-style-type: none"> <li>-escolas com área até 200 m², e:</li> <li>-academias de ginásticas, musculação, esportes e artes marciais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-escolas com área superior a 200 m², e:</li> <li>-creches;</li> <li>-escolas maternais e de educação infantil</li> <li>-escolas profissionais;</li> <li>-escolas para idosos;</li> <li>-saunas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-escolas para portadores de necessidades especiais.</li> </ul>	-	-
Concentração de público	<ul style="list-style-type: none"> <li>-bares;</li> <li>-estação rodoviária;</li> <li>-igrejas;</li> <li>-mesquitas;</li> <li>-sala de reuniões;</li> <li>-sinagogas;</li> <li>-restaurantes;</li> <li>-templos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-auditórios;</li> <li>-bares e restaurantes dançantes;</li> <li>-bibliotecas e assemelhados;</li> <li>-boates;</li> <li>-cinemas;</li> <li>-danceterias;</li> <li>-estação metroviária;</li> <li>-estação ferroviária;</li> <li>-estádios;</li> <li>-galerias de arte;</li> <li>-ginásios;</li> <li>-locais de exposições permanentes;</li> <li>-museus;</li> <li>-teatros;</li> <li>-salões diversos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-aeroporto;</li> <li>-autódromo;</li> <li>-kartódromo;</li> <li>-casa de jogos;</li> <li>-clubes noturnos em geral;</li> <li>-feiras de exposições itinerantes;</li> <li>-salão de clubes sociais;</li> <li>-salão de festas ou bailes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-circos e assemelhados</li> <li>-estruturas provisórias (arquibancadas, palanques, palcos e tendas);</li> <li>-parque de diversões;</li> <li>-qualquer atividade ou evento com espetáculo pirotécnico em ambiente aberto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-qualquer edificação com espetáculo pirotécnico em ambiente fechado - <i>indoor</i>.</li> </ul>

Garagens	-	-edifícios garagem; -estacionamento de veículos; -garagens automotivas; -showrooms automotivos; -agências de compra e venda de veículos; -oficina de conserto de veículos (exceto de carga e coletivo); -borracharia (sem recauchutagem). -posto de lavagem.	-embarcadouro; -oficina e garagens de veículos de carga e descarga, máquinas agrícolas e rodoviárias; -oficina retificadora de motores; -pier.	-local com serviço de troca de óleo; -hangares.	-
Hospitais	-clínicas sem internação; -consultórios; -hospitais veterinários.	-asilos; -abrigos geriátricos; -ambulatórios; -casa de saúde; -centros de saúde; -posto de atendimento de urgência; -postos de saúde; -prontos-socorros; -clínicas com internação.	-clínicas radiológicas e de radioterapia; -hospitais; -instituição de reabilitação de deficientes físicos e mentais.	-	-
Industriais	-materiais de construção incombustíveis (cimento, areia, brita, tijolo, pedra, ferragem e outros materiais incombustíveis);	-avicultura; -bebidas; -gaseificadas e sucos; -eletrônicos; -hidroelétricas; -produtos lácteos; -vidro e seus produtos; -gráficas.	-beneficiamento de cereais e grãos; -curtumes, peles e couros; -destilarias e bebidas alcoólicas; -estações e subestações transformadoras; -gorduras, cebo, graxas e ceras; -látex e cola; -máquinas e equipamentos mecânicos e eletromecânicos; -plásticos e papel; -ração animal; -usinagem e metalúrgica.	-alcatrão; -asfalto, ceras, breu e piche; -beneficiamento de algodão; -borracha e pneus; -carvão; -colchões; -estofamento de móveis; -extrusão de metais; -fundições; -madeira e cortiça; -produtos químicos; -serrarias; -termoeletrônica; -têxtil, calçados e decoração.	-

Depósitos	-materiais de construção incombustíveis (cimento, areia, brita, tijolos, ferragens, lajes de concreto e similares).	-bebidas gasificadas; -discos de vinil; -doces; -máquinas e equipamento mecânicos e eletromecânicos.	-arquivos públicos e privados; -alcatrão; -asfalto, breu e piche; -bebidas alcoólicas; -centro de distribuição; -cereais e grãos -colchões, tecidos; -couro e pele; -gorduras e cebos; -látex, cola e borracha; -madeira, cortiça; -papel.	-algodão; -carvão; -graxas e ceras; -madeira.	-
Armazenamento e instalações de alto risco	-	-comércio de fogos de artifícios (classes A, B e C) com massa explosiva até 864 g/m³.	-comércio de fogos de artifícios (classes A, B e C) com massa explosiva acima de 864 g/m³.	-comércio de fogos de artifícios (classes A, B, C e D) com massa explosiva acima de 864 g/m³; -comércio de inflamáveis e combustíveis; -posto de combustíveis; -posto de lubrificantes; -posto de revenda de GLP.	-armas e munições; -destilarias; -depósitos de fogos de artifícios; -materiais explosivos; -produtos combustíveis e lubrificantes; -produtos corrosivos; -produtos corrosivos; -produtos inflamáveis; -produtos perigosos; -produtos químicos; -refinarias.
Especiais	-	-	-	-cadeias; -casa de detenção; -centros de reabilitação de menores; -quartéis com cadeia; -presídios; -reformatórios.	-

7.4. Observa-se que, em regra, as edificações abrangidas no escopo desse projeto serão classificadas como baixo risco (A). Entretanto, para o estabelecimento do risco predial, considera-se o conjunto de sistemas de combate a incêndio disponíveis e em efetivo funcionamento, condições gerais da edificação e outros componentes que possam elevar a classificação de risco da edificação.

7.5. Neste ponto, cumpre destacar que se considera para a definição do risco da edificação a(s) atividade preponderante(s) e/ou relevante(s). Por exemplo, o edifício sede, do Ministério da Saúde, situado na Esplanada dos Ministérios, possui garagem, onde estacionam veículos (risco médio B1), e também um almoxarifado (risco médio B2). Isso não desclassifica sua ocupação para serviços profissionais com uso predominante para escritórios administrativos (risco baixo), especialmente se houver condições especiais para a minimização de riscos de tais ambientes de menor predominância.

7.6. No levantamento da necessidade foi considerado também a Norma Técnica nº 007/2011-CBMDF, “anexo A”, em que o quantitativo de postos de brigada deve ser dimensionado de acordo com a população fixa da população da edificação da seguinte forma:

**ANEXO A**  
**Dimensionamento da Brigada de Incêndio em edificações**

* Risco de incêndio	Composição da Brigada de Incêndio	População Fixa									
		Ate 10	11 a 50	51 a 100	101 a 250	251 a 500	501 a 1000	1001 a 2000	2001 a 3500	3501 a 5000	Acima de 5000 para cada grupo de 4000 ou fração acima de 2000

A	Supervisor	-	-	-	-	-	-	-	**1	1
	Chefe	-	-	-	-	-	**1	1	1	1
	Brigadista Particular	-	-	-	-	2	4	4	6	2
	Brigadista Voluntário	-	-	-	10%	10%	10%	10%	10%	10%
B1	Supervisor	-	-	-	-	-	-	**1	1	1
	Chefe	-	-	-	-	-	**1	1	1	1
	Brigadista Particular	-	-	-	2	4	4	4	6	2
	Brigadista Voluntário	-	-	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
B2	Supervisor	-	-	-	-	-	-	**1	1	1
	Chefe	-	-	-	-	**1	1	1	1	2
	Brigadista Particular	-	-	2	4	4	4	4	6	4
	Brigadista Voluntário	-	20%	20%	20%	15%	10%	10%	10%	10%
C1	Supervisor	-	-	-	-	-	-	**1	**1	1
	Chefe	-	-	-	-	-	**1	1	2	2
	Brigadista Particular	-	-	-	2	4	4	4	6	4
	Brigadista Voluntário	30%	30%	30%	20%	15%	15%	15%	15%	15%
C2	Supervisor	-	-	-	-	-	**1	**1	1	1
	Chefe	-	-	-	-	**1	1	1	2	2
	Brigadista Particular	-	-	2	4	4	4	6	8	4
	Brigadista Voluntário	50%	50%	30%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
* Risco da edificação definido pela Norma Técnica nº 02/2009 – CBMDF.										
** Período de 6 horas.										

7.7. Deve ser observado o permissivo contido no item 4.6.3.1 da Norma Técnica nº 07/11 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, para a permanência mínima de 2 brigadistas particulares, nos períodos fora do horário de funcionamento normal das atividades realizadas na edificação, como segue:

"4.6.3.1 Fora do horário de funcionamento das atividades desenvolvidas na edificação é permitida a permanência mínima de 02 (dois) Brigadistas Particulares no local;"

7.8. Destaca-se, ainda, que o CBMDF emitiu um parecer técnico nº 029320/2016 em que define o Edifício Sede e Anexo, que são ligados por um túnel, como um complexo de edificações, sendo assim considerados como uma única edificação. Dessa forma, o quantitativo de postos definido para o edifício Sede e Anexo foi mensurado de forma a atender a essa regra.

7.9. Deste modo, para que seja atendida a demanda dos órgãos, para a composição da equipe de brigada necessária para cada edificação, foi aplicado os critérios estipulados pela norma vigente, atualmente, a NORMA TECNICA Nº 007/2011-CBMDF;

7.9.1. Conforme os locais de execução, o Edifício Sede e Anexo possui uma população fixa de 3.824, e a população fixa do Bloco O de 1.801. Assim, considerando a classificação de risco de incêndio como A Baixo, temos as quantidades mínimas para os postos a serem contratados: 1 Bombeiro Civil Mestre (6 horas) apenas para o Edifício Sede e Anexo, 1 Bombeiro Líder Diurno (6 horas) para o Bloco O, 1 Bombeiro Líder Diurno (12x36) para o Edifício Sede e Anexo, 6 brigadistas diurnos (12x36) no Edifício Sede e Anexo, e 4 brigadistas diurnos (12x36) no Bloco O.

7.10. Após a conclusão dos procedimentos supramencionados, tem-se o seguinte dimensionamento da brigada:

Unidade	População Fixa	Grau de risco	Bombeiro Civil Mestre (6 horas)	Bombeiro Líder Diurno (6 horas)	Bombeiro Líder Diurno (12x36)	Bombeiro Diurno (12x36)	Bombeiro Noturno (12x36)	
SEDE e ANEXO	3.824	“A” Baixo	1	0	1	6		2
BLOCO O	1.801	“A” Baixo	0	1	0	4		2
Postos por Categoria			1	1	1	10	4	
Total de postos	17							
Total de pessoas	32							

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 25.733.281,20

8.1. O valor total estimado da contratação para 60 (sessenta) meses é de R\$ 25.733.281,20 (vinte e cinco milhões, setecentos e trinta e três mil duzentos e oitenta e um reais e vinte centavos).

GRUPO - ÚNICO										
Item	Descrição	CATSER	Un. Medida	Qtd.	Qtd. Postos	Qtd. Profissionais	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual	Valor Total Quinquenal
1	Bombeiro Civil Mestre	25550	Unidade	60	1	1	R\$ 27.730,27	R\$ 27.730,27	R\$ 332.763,24	R\$ 1.663.816,20
2	Bombeiro Civil Lider Diurno -6 horas	25550	Unidade	60	1	1	R\$ 15.420,55	R\$ 15.420,55	R\$ 185.046,60	R\$ 925.233
3	Bombeiro Civil Lider Diurno - 12x36h	25550	Unidade	60	1	2	R\$ 15.054,14	R\$ 30.108,28	R\$ 361.299,36	R\$ 1.806.496,80
4	Bombeiro Civil Diurno - 12x36h	25550	Unidade	60	10	20	R\$ 11.994,75	R\$ 239.895,00	R\$ 2.878.740	R\$ 14.393.700
5	Bombeiro Civil Noturno - 12x36h	25550	Unidade	60	4	8	R\$ 14.466,74	R\$ 115.733,92	R\$ 1.388.807,04	R\$ 6.944.035,20
TOTAL DE PROFISSIONAIS				0	17	32	TOTAL	R\$ 428.888,02	R\$ 5.146.656,24	R\$ 25.733.281,20

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Natureza e Característica dos Serviços

9.1. O objeto deste Estudo Técnico Preliminar envolve a contratação de serviços especializados de Brigada de Incêndio, contemplando 5 diferentes categorias de bombeiros civis:

- Bombeiro Civil Mestre - 6 horas
- Bombeiro Civil Líder Diurno - 6 horas
- Bombeiro Civil Líder Diurno - 12x36h
- Bombeiro Civil Diurno - 12x36h
- Bombeiro Civil Noturno - 12x36h

9.2. Embora sejam distintas em nível hierárquico e horário de atuação, todas as funções estão diretamente interligadas na estrutura operacional da brigada, possuindo a mesma natureza técnica e finalidade, ou seja, a prevenção e combate a incêndios, evacuação de áreas, prestação de primeiros socorros e proteção ao patrimônio e à vida.

9.3. A fragmentação desses serviços em diferentes lotes comprometeria a integração, o comando unificado e a padronização dos protocolos operacionais, essenciais para a efetividade da brigada de incêndio, podendo comprometer a segurança e a eficiência na execução do contrato.

### **Racionalidade Técnica e Operacional**

9.4. A opção pelo agrupamento dos serviços em um único grupo visa garantir a uniformidade na gestão operacional da brigada, proporcionando os seguintes benefícios:

9.4.1. Interlocução unificada: A fiscalização do contrato será facilitada, pois haverá apenas um fornecedor responsável pela prestação do serviço, permitindo uma comunicação mais ágil e eficaz na resolução de demandas operacionais e administrativas.

9.4.2. Padronização das equipes: A alocação dos profissionais será feita por uma única empresa, garantindo homogeneidade no treinamento, nos protocolos operacionais e na execução das atividades, evitando descompassos operacionais decorrentes da existência de prestadores distintos.

9.4.3. Gestão mais eficiente: A administração do contrato será otimizada, pois não haverá necessidade de múltiplos contratos com empresas diferentes, reduzindo o risco de sobreposição de responsabilidades e garantindo maior controle sobre a execução dos serviços.

9.4.4. Maior flexibilidade para substituições: Com um único fornecedor responsável por todas as categorias de bombeiros civis, será mais fácil realizar remanejamentos internos e substituições emergenciais, sem impactos na operação da brigada.

### **Aspectos Econômicos e Financeiros**

9.5. A adoção de um único grupo também se justifica do ponto de vista econômico, considerando que o parcelamento da contratação de serviços terceirizados pode aumentar os custos globais da Administração. Conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a divisão dos serviços terceirizados não amplia a competitividade do certame, uma vez que as empresas do setor são especializadas na gestão e fornecimento de mão de obra, e não em categorias isoladas de serviços.

9.6. O Acórdão nº 1214/2013 – TCU – Plenário destaca que o parcelamento da contratação de serviços terceirizados pode elevar o valor da contratação, pois, ao fragmentar a prestação dos serviços, cada empresa vencedora incluiria custos fixos e administrativos específicos para cada lote, encarecendo o preço final.

9.7. Dessa forma, a estratégia adotada preserva a economia de escala, viabilizando a obtenção de preços mais vantajosos, sem comprometer a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

GRUPO	SERVIÇO	ITEM	DESCRIÇÃO
1	Brigada de Incêndio	1	Bombeiro Civil Mestre - 6 horas
		2	Bombeiro Civil Líder Diurno - 6 horas
		3	Bombeiro Civil Líder Diurno - 12x36h
		4	Bombeiro Civil Diurno - 12x36h
		5	Bombeiro Civil Noturno - 12x36h

9.8. O agrupamento dos serviços em um único grupo foi definido com base em critérios técnicos e econômicos, garantindo:

9.8.1. Maior eficiência operacional e gestão unificada dos serviços;

9.8.2. Redução de custos administrativos e financeiros;

9.8.3. Facilidade na interlocução e fiscalização do contrato;

9.8.4. Padronização dos treinamentos, dos protocolos e da execução dos serviços;

9.8.5. Melhor aproveitamento da economia de escala na licitação.

9.9. Portanto, a decisão de não parcelar a contratação está alinhada às boas práticas de gestão pública, aos normativos vigentes e às diretrizes do TCU, sendo a alternativa mais vantajosa para garantir a efetividade, a economicidade e a segurança dos serviços de brigada de incêndio no Ministério da Saúde.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

### **10.1. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 9º, INC VII, DA IN 58 /2022)**

10.1.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto de que trata este Estudo Técnico Preliminar.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

### **Do Alinhamento ao Plano Anual de Contratações**

11.1. Nos termos da Instrução Normativa nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o plano de contratações anual e institui o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, informamos que a contratação em tela consta prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC 2026, conforme Documento de Formalização da Demanda - DFD nº 50/2026.

11.2. A contratação em tela está prevista no PGC 2026:

I) ID PCA no PNCP: **00394544000185-0-000037/2026;**

II) Data de publicação no PNCP: **23/03/2026;**

III) Id do item no PCA: **608;**

IV) Classe/Grupo: 852 - **SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA;**

V) Identificador da Futura Contratação: **250110-291/2026.**

### **Do Alinhamento ao Plano Nacional de Saúde (PNS) e ao Plano Plurianual (PPA) - 2024 a 2027**

11.3. O Plano Nacional de Saúde (PNS) constitui-se no instrumento balizador do planejamento de programas e políticas de saúde, deve orientar a atuação da esfera federal na coordenação do SUS, estabelecendo prioridades, objetivos, metas e indicadores para o período de quatro anos. Possui como referenciais as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Saúde (CNS), provenientes de diretrizes da Conferência Nacional de Saúde e está alinhado com iniciativas e instrumentos governamentais, tais como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

11.4. O Plano Nacional de Saúde (PNS) deve-se embasar não apenas a orientação estratégica do Ministério da Saúde, como também a gestão em todos os seus níveis. O PNS é apoiado por outras importantes iniciativas e objetivos e aperfeiçoamento dos controles internos e melhoria contínua no processo de governança.

11.5. A função do Ministério da Saúde - MS é dispor de todas as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias, melhorando a vigilância à saúde. Assim, o MS possui



o desafio de garantir o direito do cidadão ao atendimento à saúde e prover condições para que esse direito esteja ao alcance de toda a população brasileira.

11.6. Por meio dos seus agentes públicos o Ministério da Saúde concretiza sua atividade fim. A contratação dos serviços descritos neste estudo possibilita um ambiente seguro, organizado e saudável dos edifícios deste MS, viabilizando a continuidade das ações de políticas públicas na área da saúde, serviço essencial do Governo Federal. É dever do Estado manter as atividades, direta ou indiretamente, consideradas como essenciais e imprescindíveis à coletividade, como a saúde, que no art. 6º, da Constituição Federal de 1988, é definida como um direito social.

11.7. A contratação em questão não é uma atividade primária do Plano Nacional de Saúde - PNS, nem de políticas públicas, mas é uma atividade acessória. Por se tratar de um serviço essencial ao funcionamento e harmonia institucional do órgão, a presente contratação é vital para a realização de todas as metas e objetivos previstos para o Ministério da Saúde.

11.8. O objeto da contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do Ministério da Saúde para o período de 2023 a 2027, em conformidade com o Plano Plurianual (PPA 2024/2027), a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD 2020-2031) e o Plano Nacional de Saúde (PNS 2024/2027), aprovado pela Portaria GM/MS nº 307, de 22 de fevereiro de 2021.

11.9. Nesse sentido, a contratação dos serviços de Brigada de incêndio, conforme exposto neste ETP configura necessidade premente para a execução contínua das atividades do órgão, visando assegurar o atendimento do público, o bom funcionamento e atendimento das atividades finalísticas, sem que haja interrupção que possa comprometer a prestação dos serviços pelo Ministério da Saúde.

11.10. Assim sendo, diante da complexidade das atribuições exercidas pelo Ministério da Saúde demonstra-se que o objeto em referência deve ser tratado como serviço essencial e imprescindível, não podendo sofrer descontinuidade.

11.11. Conforme disposto o Plano Nacional de Saúde, deve-se embasar não apenas a orientação estratégica do Ministério da Saúde, como também a gestão em todos os seus níveis. Ele é apoiado por outras importantes iniciativas de aperfeiçoamento dos controles internos e melhoria contínua no processo de governança.

#### **Do Alinhamento com o Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde**

11.12. Buscou-se abranger em todos os aspectos da contratação, desde o planejamento até a execução serviços que promovam o desenvolvimento sustentável, em observância às aplicabilidades das ações e metas constantes do Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde (2024 - 2026) - Versão 1.0, datado de 14/03/2024, o qual foi instituído em observância à Portaria SEGES/MGI Nº 5.376, de 14 de setembro de 2023.

11.13. Assim sendo, buscou-se na contratação refletir a preocupação com o desenvolvimento sustentável. Deste modo, foram especificados, claramente, requisitos que incorporam critérios de sustentabilidade, tais como a preferência por produtos de menor impacto ambiental e a promoção de práticas que reduzem perdas e desperdícios, conforme se pode verificar no item 4.2. deste Estudo Técnico Preliminar:

11.13.1. redução de impressões realizadas, em conformidade com a meta estabelecida no Eixo 1. Racionalização e Consumo Consciente do PLS-MS 2024/2026;

11.13.2. diminuição do consumo de copos descartáveis, em conformidade com a meta estabelecida no Eixo 1. Racionalização e Consumo Consciente do PLS-MS 2024/2026; e

11.13.2. uso responsável e racional de energia elétrica e de água, em conformidade com a meta estabelecida no Eixo 1. Racionalização e Consumo Consciente do PLS-MS 2024/2026.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de brigada de incêndio diversos ganhos diretos e indiretos para o Ministério da Saúde (MS), alinhadas aos princípios de eficiência, economicidade, eficácia e desenvolvimento nacional sustentável, conforme praticado no inciso X, art. 7º, da IN 40/2020.

### **Ganhos Diretos**

#### **12.2. Maior Segurança para Servidores, Colaboradores e Usuários**

- 12.2.1. Redução de riscos de incêndios, minimizando a probabilidade de sinistros nas instalações do MS;
- 12.2.2. Atendimento imediato a emergências (incêndios, pânico, primeiros socorros), evitando a propagação de danos;
- 12.2.3. Evacuação eficiente em caso de incidentes, garantindo a integridade física de todas as pessoas presentes nos edifícios.

#### **12.3. Atendimento às Normas e Regulamentações**

- 12.3.1. Cumprimento da legislação vigente, evitando penalidades e autuações pelos órgãos fiscalizadores, como o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF);
- 12.3.2. Conformidade com a Lei nº 4.204/2008 (DF), que torna obrigatória a implantação de brigadas de incêndio em edificações;
- 12.3.3. Adequação às Normas Técnicas (NTs) e Normas Regulamentadoras (NRs), assegurando que os serviços sejam prestados conforme padrões de segurança estabelecidos.

#### **12.4. Garantia de Atendimento Especializado e Contínuo**

- 12.4.1. Disponibilidade 24h por dia, 7 dias por semana, com escalas bem definidas e profissionais capacitados para atuar em qualquer eventualidade;
- 12.4.2. Atuação de equipe treinada com certificações exigidas pela legislação vigente, garantindo a eficiência na resposta a emergências;
- 12.4.3. Uso de tecnologia e equipamentos modernos, aumentando a qualidade e a precisão das ações preventivas e corretivas.

#### **12.5. Eficiência Operacional e Gerenciamento Eficaz dos Serviços**

- 12.5.1. Redução da carga administrativa do MS ao transferir a responsabilidade pelo serviço para uma empresa especializada;
- 12.5.2. Definição de indicadores de desempenho e relatórios periódicos, permitindo o acompanhamento contínuo da qualidade dos serviços prestados;
- 12.5.3. Maior flexibilidade contratual, permitindo ajustes rápidos no número de brigadistas conforme a demanda.

### **Ganhos Indiretos**

#### **12.6. Desenvolvimento Nacional Sustentável**

- 12.6.1. Fomento ao mercado nacional com a contratação de uma empresa especializada, incentivando o setor de serviços de segurança e emergência;
- 12.6.2. Geração de empregos diretos e indiretos, contribuindo para a valorização da mão de obra no setor de segurança contra incêndios;

12.6.3. Redução de impactos ambientais, por meio de práticas preventivas que evitam incêndios e minimizam a liberação de gases tóxicos na atmosfera.

## **12.7. Economicidade e Redução de Custos a Longo Prazo**

12.7.1. Prevenção de sinistros, evitando prejuízos financeiros com a reparação de danos em edificações, equipamentos e documentos;

12.7.2. Eliminação de custos com treinamento interno e aquisição de equipamentos específicos para brigadistas próprios, que exigiriam manutenção e atualização frequente;

12.7.3. Maior previsibilidade orçamentária, com valores contratuais fixos e planejamento de despesas baseado em um contrato com escopo bem definido.

## **12.8. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros**

12.8.1. Foco do MS em suas atividades-fim, sem desviar recursos administrativos para a gestão direta dos serviços de brigada de incêndio;

12.8.2. Otimização dos investimentos públicos, direcionando recursos financeiros para áreas estratégicas, sem necessidade de alocação de servidores para desempenhar funções especializadas;

12.8.3. Uso racional dos recursos materiais e infraestrutura, garantindo a manutenção preventiva de equipamentos de combate a incêndios e a reposição adequada de insumos essenciais.

12.9. A contratação de uma empresa especializada em brigada de incêndio maximiza a segurança, a conformidade legal, a eficiência e a economicidade, promovendo a melhor utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais do Ministério da Saúde. Além disso, a medida está alinhada com as diretrizes de desenvolvimento nacional sustentável, gerando empregos e incentivando o crescimento do setor de segurança contra incêndios no Brasil.

12.10. Dessa forma, a contratação justifica-se não apenas como uma necessidade operacional e regulatória, mas também como uma decisão estratégica para a modernização e otimização dos serviços prestados pelo MS, garantindo um ambiente de trabalho seguro para todos os servidores, colaboradores e usuários das suas instalações.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. A Administração não necessitará realizar adaptações estruturais prévias à formalização do contrato, uma vez que as instalações do Ministério da Saúde e de suas unidades já estão aptas a suportar a execução dos serviços da Brigada de Incêndio.

13.2. Haverá a necessidade de capacitar os servidores na gestão e fiscalização de contrato com fulcro na Lei nº 14.133/2021.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A contratação de serviços de Brigada de Incêndio para o Ministério da Saúde em Brasília envolve atividades que, embora tenham como principal objetivo a proteção à vida, ao patrimônio e ao meio ambiente, podem gerar impactos ambientais diretos e indiretos. Assim, é essencial prever medidas de mitigação para minimizar riscos e garantir que a prestação dos serviços ocorra de maneira sustentável e alinhada às normativas ambientais vigentes.

### **Possíveis Impactos Ambientais**

#### **14.1.1. Consumo de Recursos Naturais e Energéticos**

14.1.1.1. Uso excessivo de água para testes e manutenção de equipamentos de combate a incêndio, como hidrantes e mangueiras.

14.1.1.2. Alto consumo de energia elétrica para sistemas de detecção e alarme, iluminação de emergência e equipamentos de combate a incêndios.

#### **Medidas de Mitigação:**

14.1.1.3. Implementação de um plano de gestão racional da água, com cronograma otimizado de testes hidráulicos e adoção de métodos que minimizem o desperdício.

14.1.1.4. Uso de tecnologias eficientes em consumo energético, como iluminação LED e sensores de presença em áreas comuns.

14.1.1.5. Priorizar fornecedores de energia que adotem práticas sustentáveis, como fontes renováveis.

#### **14.1.2. Geração de Resíduos Perigosos e Comuns**

14.1.2.1. Descarte inadequado de extintores de incêndio vencidos ou danificados (contendo substâncias químicas como pó ABC e CO).

14.1.2.2. Resíduos de materiais de treinamento e simulações, como óleos, combustíveis e produtos químicos utilizados na prática de combate a incêndios.

14.1.2.3. Descarte incorreto de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) usados, como luvas, máscaras e trajes de proteção.

#### **Medidas de Mitigação:**

14.1.2.4. Estabelecimento de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS) específico para os materiais utilizados nos serviços da brigada.

14.1.2.5. Parceria com empresas certificadas para a coleta e destinação ambientalmente correta de extintores vencidos e resíduos perigosos.

14.1.2.6. Implementação de um programa de reutilização e reciclagem de EPIs sempre que possível.

14.1.2.7. Uso de materiais biodegradáveis ou recicláveis sempre que viável.

#### **14.1.3. Emissão de Poluentes Atmosféricos**

14.1.3.1. Geração de fumaça e gases tóxicos durante treinamentos e simulações de combate a incêndios.

14.1.3.2. Emissões de CO e material particulado por veículos e equipamentos motorizados da brigada.

#### **Medidas de Mitigação:**

14.1.3.3. Redução do número de treinamentos com fogo real, priorizando simulações com realidade virtual e técnicas limpas.

14.1.3.4. Uso de combustíveis menos poluentes e manutenção periódica dos equipamentos motorizados para reduzir emissões.

14.1.3.5. Priorizar veículos elétricos ou híbridos para deslocamentos da equipe sempre que possível.

#### **14.1.4. Poluição Sonora e Impacto em Comunidades Locais**

14.1.4.1. Treinamentos práticos e testes de equipamentos podem gerar ruídos elevados, afetando trabalhadores, servidores e a vizinhança.

#### **Medidas de Mitigação:**

14.1.4.2. Programação de treinamentos e testes de equipamentos em horários menos sensíveis, evitando períodos de maior movimentação ou descanso.

14.1.4.3. Uso de barreiras acústicas e equipamentos com menor emissão sonora sempre que viável.

14.1.4.4. Comunicação antecipada sobre atividades ruidosas, garantindo transparência e minimização de impactos negativos.

14.2. A contratação dos serviços de Brigada de Incêndio para o Ministério da Saúde deve considerar a sustentabilidade e a minimização dos impactos ambientais. Medidas como a gestão eficiente de recursos, destinação adequada de resíduos e redução de emissões garantirão que a atividade seja ambientalmente responsável e alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável.

## 15. Classificação do Documento

15.1. Os serviços a serem contratados não exigem classificação em ultrassecreto, secreto ou reservado, nos termos do art. 24 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

15.2. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de Acesso à Informação – LAI), que regula o acesso à informação, informa-se que a Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos) trouxe a publicidade na forma de princípio explícito em seu art. 5º, estabelecendo, ainda, no art. 13º que atos honrados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja cobertura à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.

15.3. No capítulo III da Lei nº 14.133/21, que trata sobre a divulgação do edital de licitação, no art. 54, consta que “A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção de todo o teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).”

15.4. Assim sendo, em atenção ao art. 7º, § 4, da IN nº 40/2020, nos termos da Lei nº 12.527/2011, as informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar não possui caráter sigiloso, não traz informações pessoais e nem de cunho sigiloso imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, portanto, poderão estar disponíveis para qualquer interessado e ser divulgado como anexo do Termo de Referência.

15.5. Documento PÚBLICO e pode ser publicado em sua integralidade.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Considerando o levantamento de mercado realizado neste Estudo Técnico Preliminar, atestamos a viabilidade técnica e econômica da solução proposta.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARTA VALERIA DAS GRACAS MIRANDA**

Integrante Administrativo - Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 10:06:29.

**KATIA REGINA CARDOSO PEDRA**

Integrante Requisitante/Técnico Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 14:19:04.*

**GREGORI TEIXEIRA DA COSTA**

Integrante Requisitante/Técnico - Equipe de Planejamento.



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 10:30:11.*

**VICENTE DE PAULA ALMEIDA**

Integrante Requisitante/Técnico - Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 10:14:53.*

### APÊNDICE III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço: \_\_\_\_\_, atendendo ao disposto no **Edital n.º XX/20XX – Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXXXX**, cujo objeto do certame é a prestação de serviços \_\_\_\_\_, conforme especificado no termo de referência e nos termos e condições constantes neste edital e seus anexos.

**DECLARA** que tomou conhecimento de todas as informações necessárias à execução de seu objeto, em virtude da vistoria realizada nos locais de prestação de serviços na data desta declaração.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local e Data.

---

Assinatura do Representante Legal  
Cargo / Função

---

Assinatura do Servidor  
Cargo / Função / Matrícula

## APÊNDICE IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECUSA DE VISTORIA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço: \_\_\_\_\_, atendendo ao disposto no Edital n.º XX/20XX – Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXXXXXX, cujo objeto do certame é a prestação de serviços \_\_\_\_\_, conforme especificado no termo de referência e nos termos e condições constantes neste edital e seus anexos.

**DECLARA** que decide por não realizar a vistoria técnica e que está ciente ser da sua responsabilidade a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da não verificação dos locais de execução dos serviços, estando, em nome da empresa de acordo com as condições gerais e específicas estabelecidas nesta licitação, para todos os efeitos legais, às quais a empresa se submete incondicional e integralmente, não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local e Data.

---

Assinatura do Representante Legal  
Cargo / Função

---

Assinatura do Servidor  
Cargo / Função / Matrícula



## APÊNDICE VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço: \_\_\_\_\_, atendendo ao disposto no Edital n.º XX/20XX – Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXXXX, cujo objeto do certame é a prestação de serviços \_\_\_\_\_, conforme especificado no termo de referência e nos termos e condições constantes neste edital e seus anexos.

**DECLARA** que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este Ministério da Saúde.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local e Data.

---

Assinatura do representante legal  
Cargo / Função

## APÊNDICE VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço: \_\_\_\_\_, atendendo ao disposto no **Edital n.º XX/20XX – Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXXXX**, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
Valor total dos Contratos		R\$ _____
Local e data  _____  Assinatura e carimbo do emissor		

#### Observação:

**Nota 1:** Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

**Nota 2:** \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado. a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

#### Fórmula de cálculo:

**Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1**

**Valor Total dos Contratos\***

**Observação:**

**Nota 1:** Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

**Nota 2:** considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado\*. b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

**Fórmula de cálculo:**

**(Valor da Receita Bruta – Valor total dos Contratos) x 100 =**

---

**Valor da Receita Bruta**

## APÊNDICE VIII

### MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço: \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, autoriza, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

(X) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Local/UF e Data.

---

Assinatura do representante legal

Cargo / Função

## APÊNDICE IX

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO TEM EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA, OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA, OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA DO ÓRGÃO CELEBRANTE

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço: \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital nº XXXX/20XX – Pregão Eletrônico n.º XXXXXXX/XXXX, em cumprimento, com fundamento no artigo 17, inciso XI, da Lei nº 13.473/2017, DECLARA a União que não tem em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou sociedade de economia mista do Órgão celebrante.

Local/UF e Data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Cargo / Função

## APÊNDICE XI

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no **Edital n.º XX/20XX – Pregão Eletrônico n.º XXXXX/XXXX**, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.....

---

Assinatura do representante legal  
Cargo / Função

## **APÊNDICE V - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

<b>INDICADOR</b>	
<b>Item</b>	Cumprimento Integral das Obrigações Contratuais
<b>Finalidade</b>	Definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.
<b>Instrumento de Medição</b>	<p>Cálculo de Índice de Desempenho Mensal:</p> <p><b>1- Insuficiente – Acima de:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 10 (dez) ocorrências Grau 03 no mês OU</li><li>• 10 (dez) ocorrências Grau 02 no mês OU</li><li>• 15 (quinze) ocorrências Grau 01 no mês OU</li><li>• 30 (trinta) ocorrências de qualquer grau</li></ul> <p><b>2- Regular – Entre:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 5 (cinco) e 9 (nove) ocorrências Grau 03 no mês OU</li><li>• 5 (cinco) e 9 (nove) ocorrências Grau 02 no mês OU</li><li>• 10 (dez) e 14 (catorze) ocorrências Grau 01 no mês OU</li><li>• 15 (quinze) ocorrências de qualquer grau</li></ul> <p><b>3- Bom – Até:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 5 (cinco) ocorrências Grau 03 no mês OU</li><li>• 5 (cinco) ocorrências Grau 02 no mês OU</li><li>• 10 (dez) ocorrências Grau 01 no mês OU</li><li>• 10 (dez) ocorrências de qualquer grau</li></ul>
<b>Forma de Acompanhamento</b>	<p>Registro de ocorrências no Processo de Execução/Fiscalização</p> <p><b>Formato de registro de ocorrência:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Grau 03 – grave</li><li>• Grau 02 – média</li><li>• Grau 01 – leve</li></ul>
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	<p>Apuração mensal da quantidade de ocorrências por grau para determinação do Índice de Desempenho</p> <p>Cálculo de Fator de Conversão conforme índice de desempenho:</p> <p>Se índice de desempenho for “Bom”, Fator de Conversão= 1</p> <p>Se índice de desempenho for “Regular”, Fator de Conversão = 0,99</p> <p>Se índice de desempenho for “Insuficiente”, Fator de Conversão = 0,98</p> <p>O valor a ser pago será o resultado da multiplicação do valor da nota fiscal pelo fator de conversão:</p> <p>Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal x Fator de Conversão</p> <p>Limites: <math>0,98 \leq \text{Fator de Conversão} \leq 1</math></p>
<b>Início de Vigência</b>	Data de início de vigência do Contrato
<b>Faixa de Ajuste no Pagamento</b>	Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal x Fator de Conversão
<p>Todas as ocorrências deverão ser registradas no Processo de Execução/Fiscalização instaurado no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI e serão comunicadas pela Fiscalização do MS, por meio de Notificação formal à Contratada, que terá 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da Notificação, para contestar.</p> <p>A Contratada poderá apresentar justificativa que será analisada pela Fiscalização.</p> <p>Caso não seja aceita a justificativa, a Fiscalização do MS realizará a glosa correspondente nas faturas futuras.</p> <p>Caso não haja faturas com vencimento futuro para a efetivação da glosa, os valores respectivos poderão ser descontados de valores pendentes de pagamento pela Contratante.</p> <p>A cada glosa, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade.</p> <p>Cada ocorrência será classificada por grau de acordo com a tabela abaixo. Todas as ocorrências deverão ser datadas no momento do fato constatado.</p> <p>Para apuração do Índice de Desempenho Mensal, será considerado um período de 30 (trinta) dias consecutivos. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias, iniciará novo período para apuração de Desempenho daquele mês.</p>	

## 1.2. Discriminação e Grau de Ocorrências

Item	Discriminação da Ocorrência	Aferição	Grau
1	Manter empregado sem a qualificação e habilitação exigida ou Deixar de cumprir as exigências relativas à segurança do trabalho, dos programas de saúde ocupacional e riscos de acidente.	Condicional à verificação pela Fiscalização do MS ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
2	Permitir a presença de empregado sem uniforme e/ou crachá, com uniforme sujo, manchado, mal apresentado ou alocados na mesma função com uniformes despadronizados, ou seja, com modelo, cor e etc. diferentes.	A quantidade de ocorrência registrada corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem um mesmo dia.	1
3	Deixar de fornecer os materiais, ferramentas, utensílios, equipamentos e EPI em quantidade e definidos em proposta, ou aprovados pelo Fiscal, indispensáveis na prestação dos serviços e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	A falta e inadequação (em desacordo com a proposta) de cada material e/ou específico, será considerada ocorrência individual, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
4	Descumprir as tarefas previstas na cláusula 7 deste Termo de Referência	Condicional à verificação pela Fiscalização do MS ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência, considerando-se os locais e serem limpos, e as periodicidades previstas. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
5	Deixar de fornecer uniformes e EPI's definidos e indispensáveis na prestação dos serviços e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	A quantidade de ocorrência registrada corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem um mesmo dia.	3
6	Deixar de pagar e recolher no prazo legal salários, seguros, vales-transportes e refeição, contribuições sociais e fiscais, bem como não arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato nas datas estipuladas	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
7	Recusar-se a executar serviços previstos no Contrato ou determinado pela Fiscalização sem motivo justificado ou determinação formal.	A empresa deverá justificar imediatamente a razão da inexecução parcial. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
8	Destruir ou danificar documentos ou bens patrimoniais por culpa ou dolo de seus empregados.	Condicional à verificação pela Fiscalização do MS ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2



9	Deixar de reparar, corrigir e substituir, as suas despesas, no total ou em partes, os serviços efetuados em que se verifica remvícios, danos, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.	Condicional à verificação pela Fiscalização do MS ou à comunicação formalizada a efetuada por servidor que a tiver verificado.	2
10	Deixar de substituir, após notificação, o empregado que impeça, embarace ou dificulte a Fiscalização da MS ou que apresentar, a critério da Contratante, conduta inconveniente ou baixa produtividade, ou permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. A empresa deverá substituir o empregado no prazo de 24 horas.	2
11	Deixar de apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura os documentos necessários estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1
12	Deixar de cumprir a solicitação formal da Fiscalização do MS e de apresentar os relatórios indispensáveis à fiscalização do Contrato ou fornecer informações não condizentes com a realidade.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2
13	Deixar de manter em serviço o efetivo mínimo definido em proposta para cada unidade/endereço, bem como a ocorrência de faltas dos empregados da Contratada, sem a imediata substituição, ou deixar de indicar ou deixar de manter, durante a execução do Contrato, preposto, conforme estabelecido neste Termo de Referência. Nestes casos ocorrerão, também, a(s) dedução(ões), em fatura, dos atrasos e faltas de empregados.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
14	Deixar de cumprir demais itens do Termo de Referência e no Contrato não previstos nesta tabela.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1
15	Deixar de realizar a substituição dos equipamentos/materiais ou deixar de observar as especificações mínimas exigidas desses materiais.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
16	Deixar de cumprir e se adequar às solicitações da fiscalização advindas das pesquisas de satisfação com os usuários dos serviços	Os registros das ocorrências serão individuais.	3
17	Deixar de manter as autorizações específicas para a prestação dos serviços de brigada, devidamente válidas, encaminhando à contrante sempre que houver alteração/atualização.	Os registros das ocorrências serão individuais.	3
18	Deixar de apresentar o Registro de Certificado de Formação do brigadista dos profissionais que prestam serviços ao MS, dentro da validade, e/ou permitir que profissional exerça as atividades de brigada dentro das dependências do MS sem o registro ou estando com ele vencido.	Os registros das ocorrências serão individuais.	3

1.3. Na execução dos serviços deverão ser observados:

- As especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- As Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF);
- A Lei nº 11.901/09;
- A CCT da categoria e
- Demais normas vinculadas à execução dos serviços.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Contrato 35/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
35/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	RODRIGO LOPES RIBEIRO TORRES	02/06/2026 15:46 (v 0.2)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	291/2026	25000.110357/2024-10

(Processo Administrativo nº 25000.110357/2024-10)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI  
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A [União], por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de brigada de incêndio (bombeiro civil), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.4. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

## 3. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 5. PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 6. PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;



9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.56. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

9.56.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a 30,36 % (**trinta** vírgula trinta e seis por cento).

9.56.2. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

9.56.3. Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

9.56.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.56.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.56.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.56.4.

9.56.7. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.56.8. A Contratada também deverá observar o percentual mínimo de contratação de pessoas beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitados, conforme estipulado no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## **10. DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. Não se aplica.

## **12. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Das indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.14.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.16. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

## 15. ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 17. DOS CASOS OMISSOS

17.1. os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 18. PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 19. FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

## 20. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

